

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VEIGA, Luis Octavio da Motta. Luis Octavio da Motta Veiga (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 27min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Luis Octavio da Motta Veiga  
(depoimento, 2018)**

Rio de Janeiro

2019

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** História de vida

**Entrevistador(es):** Izabel Saenger Nuñez; Paulo Augusto Franco de Alcântara;

**Levantamento de dados:** Clara Leitão de Almeida; Yasmin Curzi;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Clara Leitão de Almeida; Yasmin Curzi;

**Técnico de gravação:** Ninna Carneiro;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 26/01/2018 a 26/01/2018

**Duração:** 2h 27min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral da Comissão de Valores Mobiliários”, desenvolvido pela FGV Direito Rio, com o acompanhamento e em parceria com o CPDOC e financiamento da Presidência da FGV, entre junho de 2017 e outubro de 2018, com o objetivo de construir um acervo audiovisual de entrevistas sobre a fundação da instituição e seu funcionamento nos primeiros anos.

**Temas:** Advocacia; Assuntos familiares; Atividade profissional; Banco Central do Brasil; Banco da Bahia; Colégio Militar do Rio de Janeiro; Crimes econômicos; Dílson Funaro; Direito; Economia; Empresariado; Empresas Nucleares Brasileiras S.A.; Faculdade Nacional de Direito; Família; Formação escolar; Formação profissional; Inglaterra; Luís Carlos Bresser Pereira; Mercado financeiro; Ministério da Fazenda; Petrobras; Pós - graduação;

## *Sumário*

Entrevista: 26 de janeiro de 2018 Apresentação e Origens familiares; Nascimento no Rio de Janeiro e ida para a França; Trajetória escolar no Colégio Militar e no Andrews; a escolha pelo Direito e pela Faculdade Nacional de Direito; História da família e formação de seus pais; Prisão política de seu irmão na ditadura; Família de advogados; Trajetória profissional: estágio no escritório de seu tio, Marcelo Cunha Monteiro de Carvalho; ida para a Price Water House (PwC); entrada na faculdade de Direito (1969); Memórias da Faculdade de Direito; impressões sobre a Lei das S/A durante o trabalho em escritório; As auditorias e o mundo empresarial; concurso para atuar como advogado na Shell; LLM na London School of Economics na década de 1970; passagem pela Nuclebrás; passagem pelo Banco da Bahia; Visão sobre as instituições e sobre a economia no Brasil; trabalho na Shell e na PricewaterhouseCoopers; Boom da Bolsa, expansão do mercado brasileiro com a promulgação da Lei das S/A e criação da CVM; passagem pelo Comitê de Desenvolvimento do Mercado de Capitais (CODIMEC); Visão sobre o mercado; Participação na elaboração da parte contábil da Lei das S/A; visão sobre a CVM durante o período na PricewaterhouseCoopers; passagem pelo Banco Anglo-Americano; passagem pelo Banco da Bahia e relação com a família Mariani; O convite para a CVM e relação com Dilson Funaro; Relação com Victorio Bhering Cabral; Relação com André Lara Resende e Fernão Bracher; Indicação para a CVM; Relação entre Banco Central e CVM; Presidência da Petrobras; Visão sobre Direito e Economia; Visão sobre a CVM; relação com o Ministério da Fazenda durante a gestão da CVM; a CVM como xerife do mercado; o Caso Cobrasma; impressões sobre os crimes financeiros; Saída de Dilson Funaro do Ministério da Fazenda e a entrada de Bresser Pereira; Presidência da Petrobras; retorno para Anglo-América; Passagem pela Rainier Coffee; Relação com Fernando Collor; Retorno para a advocacia; Ida para Londres; atividade na BTG Pactual; Carreira na arbitragem; Relação com JP Morgan, Visão sobre a CVM hoje.

*Entrevista: 26 de janeiro de 2018*

Izabel Nuñez. – Está gravando? Então eu vou começar fazendo o cabeçalho. Bom, então hoje é dia 26 de janeiro de 2018. Esse é o projeto “História Oral da Comissão de Valores Mobiliários” e a gente está aqui hoje, eu mesma, Izabel Nuñez, Paulo Augusto Franco, entrevistador também, pesquisador; Nina Carneiro, para fazer a entrevista do doutor Luís Octavio Carvalho da Motta Veiga, que foi o quinto presidente da CVM, da Comissão de Valores Mobiliários. Bom, doutor Luís Octavio, a gente começa, de fato, perguntando um pouco da sua história. Onde é que você nasceu, em que ano?

Luís Octavio da Motta Veiga – Eu nasci no Rio de Janeiro, três de dezembro de 1950. Vivi aqui até fazer 12, 13 anos. Eu fui morar na França. Meu pai foi ser adido naval<sup>1</sup> na França.

I.N. – Adido naval.

L.V. – É. E ficamos lá dois anos e pouco. Eu estudei lá em escola, em liceu francês mesmo e, na volta, eu voltei para o Colégio Militar, porque na época, por uma questão de calendário escolar, nenhuma escola me aceitou e a única escola que aceitou foi o Colégio Militar. Eles são obrigados a aceitar quando há uma situação como essa. Eu fiquei lá três anos, saí, fui para o Andrews e depois entrei para faculdade de Direito, Faculdade Nacional de Direito. Antiga Faculdade Nacional de Direito, que é a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Se eu estiver falando rápido, se estiver faltando alguma coisa, vocês, por favor, me interrompam.

I.N. – Eu gostaria de voltar um pouco na sua família. O seu pai era adido naval...

L.V. – A minha família... Bom, desculpe. Meu pai está vivo ainda. Tem 97 anos. É almirante e eu tenho três irmãos. Nós somos quatro. Minha mãe e meu pai estão vivos até hoje.

I.N. – Seu pai é adido naval.

L.V. – Foi adido naval. Porque adido naval é uma função que ele recebe e vai ser adido naval.

---

<sup>1</sup> Adidos militares são representantes das Forças Armadas que atuam em delegações diplomáticas para estabelecer diálogos estratégicos.

I.N. – E aí é fora do país?

L.V. – É. É fora. Podia ser em qualquer lugar, foi na França. A gente ficou morando lá esse tempo. Fomos todos, a família toda. Foi uma época muito boa. A gente pôde desfrutar e conhecer muita coisa, visitamos a Europa toda, passeamos muito e na volta, mais ou menos o que eu falei aí e tal. Mas pode fazer, porque eu não sei qual é a estrutura que vocês dão.

Paulo Augusto Franco – Qual a memória do desempenho profissional do seu pai, das inspirações da infância? Qual registro de memória você tem?

L.V. – Meu pai quando foi para a Marinha, ele fez a guerra. Ele é o oficial de Marinha com o maior número de dias de mar, de guerra, na Marinha, até hoje. Ele se orgulha muito disso. Isso é muito valorizado na Marinha. Ele gosta muito. É muito estudioso, foi o primeiro da turma em vários lugares, na escola. Mas nunca foi um militar muito *caxias*. Eu via amigos dele preocupados com tamanho de cabelo de filho e tudo, e ele nunca teve esse tipo de preocupação conosco. Ninguém era cabeludo, mas também se quisesse ficar... Eu tinha barba na época e nunca tive muito problema. Não na época da França, mas depois disso. Meu irmão foi preso na época do governo militar. Ficou vinte e poucos dias preso no DOI-CODI por negócio de movimento estudantil. Isso é depois da França, na PUC. Eu já estava na faculdade de direito, ele estava na PUC. Ele foi preso, ficou uns 20 dias preso por negócio de movimento estudantil na PUC. Saiu, meu pai achou melhor tirar ele daqui, mandou ele para França. Ele ficou lá um ano e meio, dois anos, voltou e... Mas não teve processo, nem nada mais sério. Foi uma coisa de movimento estudantil. Meu pai foi muito abalado porque o sujeito foi prender meu irmão em casa, se perfilou para ele. Quer dizer, bateu continência para ele porque era um oficial de Marinha. Então ele ficou muito abalado, mas continuou. Foi um momento muito duro. Papai é um homem muito forte. Não parece, mas é. Se ele tem um problema, ele dorme e acorda de manhã novo. Impressionante. Então tem essa característica. Esse foi um momento difícil na minha família. Minha mãe ficou muito aflita. Ele, através dos amigos, conseguiu fazer chegar... Meu irmão tinha sido operado, um quisto e ele [meu pai] conseguiu fazer chegar para o meu irmão, no quartel da polícia do Exército, um sabonete que ele tinha que passar. Meu irmão ficou bem mais aliviado quando viu o sabonete chegar porque viu que sabiam onde ele estava. Isso era uma forma de você garantir até... não era o caso dele, mas de garantir a vida da pessoa. Identificar onde a pessoa está. Foi um negócio complicado, mas passou. Meu irmão saiu, mas

tinha que toda semana ir ao Ministério do Exército assinar. Eu ia com ele porque minha mãe dizia: “Pelo amor de Deus, se prenderem ele de novo...” Não iam prender ele, mas eu ia [com ele]. A gente parava o carro ali, ia lá, ele assinava e íamos embora. E foi assim durante uns seis meses. Depois ele pediu autorização para viajar, deram autorização e ele foi morar na França. Aí ele estudou lá, fez Sciences Po, e uma porção de coisas lá. Saiu de lá depois de dois anos.

I.N. – Qual é a formação do seu irmão?

L.V. – Meu irmão é sociólogo e urbanista. Ele fez urbanismo em Vincennes<sup>2</sup> e fez Sciences Po.

I.N. – E voltou para o Rio?

L.V. – Ele voltou para o Rio. Ele é professor hoje convidado *Sciences Po*. Ele toda hora vai a Sciences Po. Ele toda hora está na França.

I.N. – Que legal. Qual é a história da sua família? É toda carioca? Os avós, sua mãe.

L.V. – Me perguntem o que vocês quiserem, se eu estou passando não é para esconder, é porque eu não sei qual é a estrutura que vocês querem. A minha mãe é carioca, mas é filha de mineiros. Minha vó era mineira e meu avô nasceu no Espírito Santo, mas foi para Minas cedo. Então a família é bem mineira. Meus dois outros tios nasceram em Minas Gerais. Minha mãe é a do meio, nasceu aqui; o mais velho, irmão dela, morreu. Ela ainda tem um irmão mais moço. Minha mãe tem 87 anos e o mais moço, irmão dela, o Flávio, devia ter uns 85, 84.

P.F. – Já puxando essa história do meio familiar que você cresceu, temos aqui que em 1961 vocês foram para a França e retornaram em 1965.

L.V. – Não, 1964.

P.F. – Nesse momento, quer dizer, nesse período de sua formação na França, o retorno para o Brasil, a escolarização, você consegue trazer algum tipo de memória sobre a visão de seu pai, a visão de sua mãe, sobre o contexto político nacional, sobre economia?

---

<sup>2</sup> Université Paris-VIII, Vincennes-Saint Denis.

L.V. – O papai sempre foi muito apolítico. Tanto que tem uma coisa que define você quando você é militar. São os cargos que você ocupa. Meu pai nunca trabalhou em órgão de segurança, nunca quis trabalhar em coisas ligadas à informação. Meu pai sempre foi oficial, tem muito dia de mar, de comando de navio. Sempre gostou muito de comando. Meu pai foi, é, coitado, um oficial... Agora é tudo muito fácil. Você entra no computador, diz assim: “Quero ir para Paris.” O computador manda o aviso para a máquina, a máquina te leva para Paris, comanda todo o movimento do navio, ele mede a maré, ele faz tudo. Na época do meu pai não tinha nada disso. Isso era feito *na munheca*. Então os oficiais que faziam isso eram os oficiais que cuidavam da... Como é que é o nome? Eram os caras que faziam cálculo bem. Que sabiam muita matemática. Você fazia isso na mão. Isso que o computador faz, você fazia na mão. Então os oficiais de navegação. Os oficiais de navegação eram oficiais que sabiam muita matemática, muita astronomia, muita coisa desse tipo. Então meu pai sempre foi muito dedicado a isso. Meu pai é um homem com 97 anos. Você vai dizer: “Fulano...” Você está conversando aqui do lado com ele. “Mamãe, o fulano gastou 30, 40, mais 80, mais 25, mais 32.” Aí a mamãe: “Dá quanto isso?” Ele fala aqui de costas: “Sessenta e oito.” Sem ninguém estar vendo. De costas ele fala assim. Ele tem uma cabeça... Então ele nunca teve muita coisa de política. Ele nunca, nem para um lado, nem para o outro. Ele achava o Carlos Lacerda exagerado, mas achava que o Getulio também não era a solução. Isso quando eu era muito garoto, quando estavam essas figuras aí. Getulio eu não peguei. Eu tinha cinco, seis anos quando ele morreu. Mas ele nunca foi muito apaixonado por isso. Ele sempre foi uma pessoa muito ligada no que ele fazia. A mamãe não. Era lacerdistas, a família dela toda lacerdistas... Então não era uma coisa assim... Política lá em casa surgiu na minha geração. [Antes] não era uma coisa, uma preocupação. Eles votaram no Jânio, votavam no Lacerda, votaram no Flexa Ribeiro aqui para o Rio de Janeiro. Era uma coisa mais de direita, mas também ninguém era muito apaixonado. Eu tinha umas tias que eram lacerdistas doentes, iam para coisa, mandavam coisinhas. Nunca foi muito uma coisa importante na minha vida, nem na [vida] lá de casa. Eu acho que começou com negócio de faculdade, o Pedro se envolveu, meu irmão se envolveu com isso e tal.

P.F. – No seu caso também começou a ser um pouco gestado algum interesse por economia política, essa história toda no seu período de faculdade, ou se você tem alguma memória anterior a isso.

L.V. – Não, não tenho. Não tenho, não me lembro, não acho que não tinha. Era uma coisa que surgiu por eu ter um interesse pessoal nisso, meu irmão, a gente se fala, mas não é uma coisa que fazia parte da nossa conversa.

I.N. – Qual é a formação da sua mãe?

L.V. – A minha mãe fez o Sion<sup>3</sup>, no Rio de Janeiro, a vida toda, até o último ano. Fez assistência social, aí casou, teve quatro filhos, não fez mais nada. Quando a gente foi morar na França, ela fez um *degree*, um grau na Sorbonne e depois ela fez umas traduções de livro, sobretudo livros de... Na verdade, não foram. Foram três livros de psicanálise. Ela fez, foi um parto da montanha, que ela sofria para burro para fazer, mas ela fez e foi muito bom. Ela fez o primeiro, ficou com muita dúvida, os caras gostaram, fez o segundo e o terceiro.

I.N. – Os seus avós eram... Mineiros, não é? Parte da família mineira.

L.V. – É, mineira. A outra, do meu pai, é Rio Grande do Norte. Meu pai veio para cá... Meu pai é o seguinte: o pai do meu pai, meu avô, perdeu a mãe do meu pai pouco depois que meu pai nasceu e casou com uma irmã da ex-mulher dele. Então o meu tio Octavio, que é irmão do meu pai, é meio irmão, porque é irmão da irmã da mãe do meu pai. Isso era muito comum na época. Era uma coisa do Nordeste. Meu avô era engenheiro, trabalhou em muita obra lá. Ele que fez Orós, aquele... Tem um grande... Agora não deve ser mais, mas na época que eu era garoto, era o maior aqueduto, o maior que tinha no Nordeste era o de Orós. E ele que fez, ele que desenhou. Mas vieram para o Rio muito cedo. Ele veio trabalhar no Rio e viveu a vida toda em Copacabana, na Rua Lacerda Coutinho. Ele tinha uma casa, uma espécie de um chalé grande, bem daqueles que tem em Copacabana e aí ele morreu lá. Minha vó morreu mais cedo. A minha vó, que não era minha vó, era irmã da minha avó legítima, mas eu chamava de avó. Minha vó Marina morreu antes dele. Meu avô Octavio morreu bastante tempo depois.

I.N. – Você leva o nome...

L.V. – Eu levo o nome dele e do meu tio. O do meu pai é Luís.

---

<sup>3</sup> Colégio Católico tradicional, localizado no Cosme Velho.



P.F. – E nessa época, morando na França, depois voltando ao Rio, para sua formação no colégio Andrews<sup>4</sup>. Durante esse período, antes da faculdade, como eram os amigos de sua família, os amigos que frequentavam sua casa?

L.V. – Geralmente, dos meus pais eram oficiais de Marinha. Era gente da turma do meu pai, porque eram... Nessa época, o militar tinha uma outra... Era uma outra extração social. Papai morou desde cedo em Copacabana. Ele jogava futebol de praia em Copacabana quando não tinha ainda a praia de Copacabana. Tinha duas casas, ou quatro casas, ou um prédio só. Muito amigo dele foi para a Marinha, outros foram para a Aeronáutica, outros foram para o Exército. Eram amigos dele de garoto, de jogar bola na praia. Casaram e tal, alguns ficaram muito próximos e é quem frequentava. Dos meus amigos, eram basicamente amigos da minha rua. Eu morava ali na Praça Eugênio Jardim. Primeiro morei na Avenida Atlântica quando eu era garoto. Eu nasci na Avenida Atlântica, morei na Avenida Atlântica, meu irmão, nós todos nascemos na Avenida Atlântica e meu pai comprou um apartamento maior na Praça Eugênio Jardim, ali na Xavier da Silveira, esquina com a Eugênio Jardim. Aí nós nos mudamos para lá. Os meus amigos eram basicamente os amigos da rua, que estudavam comigo e eram da rua ali. E basicamente isso. Quer dizer, amizade era uma amizade assim muito próxima. Do meu pai era basicamente pessoal de Marinha.

I.N. – E aí o senhor termina a escola, então, em 1970 e vai para a faculdade?

L.V. – Eu tenho que fazer a conta. Cinquenta eu nasci, mais... Escola, que escola?

I.N. – O Andrews. Antes de entrar na universidade.

L.V. – Universidade, espera aí. Eu terminei a universidade, eu tinha 23 anos, eu acho. São cinco anos de faculdade. Eu terminei com 18, 17.

I.N. – Então entrou na Nacional de Direito em mil novecentos e...

L.V. – Ah, não sei. Eu tinha 19 anos quando eu entrei. Cinquenta mais 20 dá mil novecentos e... Eu entrei em 1969, pode ser?

I.N. – Sessenta e nove. Isso. E aí como foi a escolha pelo direito? Por que o direito?

---

<sup>4</sup> Tradicional colégio carioca, de ensino laico e de propriedade dos Flexa Ribeiro.

L.V. – Minha família toda tem muito advogado. Meu avô era advogado.

P.F. – Isso é sempre uma longa história.

L.V. – Mas não é, não. Meus avós, meu avô é advogado, minha avó materna tem oito ou nove irmãos e irmãs.

I.N. – A família de Minas Gerais, não é?

L.V. – De Minas Gerais.

I.N. – De que parte de Minas, desculpa?

L.V. – Do Sul de Minas. Eles eram muito ricos. A família da minha avó há 200 anos era muito rica. Eles tinham duas fazendas que eram, talvez, as duas maiores fazendas do Sul de Minas: Destino e a Aquidaban. Na Destino a rede ferroviária fez um desvio para pegar café lá dentro, então era muito grande.

P.F. – Eram fazendas de café?

L.V. – Café.

I.N. – Fazenda Destino e...

L.V. – Aquidaban. E meu bisavô era tão maluco que uma delas, – eu não sei qual das duas –, era imitação de Fontainebleau, do castelo Fontainebleau, que ele adorava Napoleão. Então ele fez aquela escada que tem aquele quadro no Museu do Louvre, assim, que o Napoleão se despede da Guarda Nacional quando vai para Ilha de Elba. Ele fez igualzinho a escada. Aí eles vieram para cá. Eles morreram. Já morreram todos. Minha vó, minha tia-avó mais velha já morreu. Morreu com noventa. Todos são muito longevos. Minha avó morreu com 99 anos, a irmã dela morreu com 97, o irmão dela morreu com 92. É tudo uma turma... E eles saíram de lá, eles eram donos do bonde no Sul de Minas. Eles tinham coisa para burro. E aí eles saíram de lá e vieram montar, fazer fazendas aqui. Todos eles eram advogados. Os homens eram advogados. Meu avô era advogado, meus tios, os dois irmãos da mamãe, são advogados e eu acabei fazendo advocacia.

P.F. – Eles tinham algum perfil comum de atuação na advocacia?

L.V. – Não. Os meus tios-avós trabalhavam muito com negócios de terra. Mas meu tio, irmão da mamãe, que morreu, mais velho, eu fiz estágio muito tempo com ele. Fazia estágio e ganhava muito pouco. E ele me elogiava muito. Dizia que eu era muito bom estagiário. E eu dizia para ele: “Meu tio tem várias categorias de empregado. Tem o escravo, evidentemente, tem o assalariado, tem o prestador de serviço e tem o elogiado. O elogiado é o mais barato de todos, você não precisa nem comprar. Porque o escravo você tem que comprar, o elogiado você só elogia e vai embora”. Então eu fiz estágio com ele, mas era uma advocacia completamente diferente da que eu vim a fazer. É uma advocacia muito de família, de sucessão. Era uma advocacia cível por excelência.

I.N. – Qual era o nome do seu tio?

L.V. – Marcelo Cunha Monteiro de Carvalho.

I.N. – E onde é que era o escritório?

L.V. – Praça Mahatma Gandhi, 2, 12º andar.

I.N. – Já fazia Direito, então. Já estava no Direito.

L.V. – Já. Aí eu fui fazer estágio lá, eu já comecei no primeiro ano a fazer um pouco de estágio lá e... Olha, interrompe se eu estiver errado, se estiver faltando uma coisa. Aí eu saio. Fiquei um tempo lá, achava muito chato.

I.N. – Advocacia essa de...

L.V. – É. Achava chato, porque é um negócio de... E advogado velho obriga você todo dia a ir ao Fórum, todo dia. Ele está certo, mas eu acho chato. Aí eu saí, fui trabalhar na Price<sup>5</sup>. Fiquei na Price um tempo. Foi isso? Foi.

I.N. – Mas isso ainda na faculdade. Eu queria voltar um pouco nos tempos da faculdade.

---

<sup>5</sup> Refere-se à empresa *Price Water House* (PwC), prestadora de serviços de auditoria e asseguarção, além de consultorias tributária, societária, negocial e transaccional.

L.V. – Pode falar.

I.N. – Como foi ingressar na Faculdade Nacional de Direito no ano de 1969?

L.V. – Totalmente apolítico. O Caco, que era o Centro Acadêmico Candido de Oliveira, que era o movimento, tinha [sido] totalmente neutralizado. Não tinha nada. Não se falava nada. Era uma faculdade [que] parecia que você estava na Suíça. Se falava de tudo, menos... Os professores que podiam representar uma ameaça na época [foram] totalmente neutralizado. Heleno Fragoso<sup>6</sup> fora da faculdade, todo mundo que podia ser uma ameaça já tinha sido cassado. Aí não teve, do ponto de vista... E a faculdade de direito, como dizia o Vinicius de Moraes, você faz no bar da frente. Porque a faculdade de direito, Nacional de Direito... Eu peguei o último ano antes de ter crédito. Na verdade, eu peguei o último ano que teve vestibular de latim e eu peguei o último ano antes de ter crédito. A partir dali começou o crédito. O meu era assim: primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto ano. Primeiro semestre, segundo semestre... Ali começou a ser implantado o sistema de crédito. Tudo que entrou no ano seguinte já teve sistema de crédito. “Não, vou fazer civil I, vou fazer processo II.” No meu caso não tinha. Era como era antigamente. Você faz processo I, processo II, processo III, processo IV. Tem civil I, II, III, IV, V. Passou a ser um negócio... O meu era bem mais dentro da linha tradicional.

I.N. – Quem eram seus grandes professores? Quem marcou?

L.V. – O Caio Mário da Silva Pereira, que foi professor de direito civil; o Celso de Albuquerque Mello, que foi professor de direito internacional privado. Basicamente só. Que eu gostava de ver a aula eram basicamente só esses.

I.N. – E como era frequentar a aula? Era de manhã, de tarde, de noite? Como era sua rotina de estudante?

L.V. – A rotina de estudante era em casa. Era muito simples. Quer dizer, você ia para a faculdade. A faculdade não exigia... Quer dizer, exigia, mas não exigia presença. Era um negócio de louco. Então você ia, ficava, tinha uma aula que você gostava, aí ficava, mas à tarde

---

<sup>6</sup> Um dos advogados presos durante a ditadura militar, Heleno Fragoso defendeu outras figuras históricas como Caio Prado Junior e Stuart Angel.

you were going, you stayed at the bar, you had some coffees, then you came back. It was a very informal business. A lot of people working, a lot of people working. Some girls very CDF, every day there taking notes. On the evening of the exams it was a fight to make xerox of the notebook for them to be able to do the exam. I did well, I didn't have... Never repeated a year at the faculty. I also don't want to tell you "studied like a madman." No. I studied, I went to the class that I liked, the classes that I didn't like, I didn't pass, I didn't have much, I didn't pass, or I passed quickly. Because there is a belief that you learn law by working and that is not true. You, in reality, the work in law stimulates you to study. Only because you are working... I will take care of a case that you asked me to take care of. Here I will study this subject. So it is a thing that a person... "I learn law by working." It is not that you learn by going to court, for example. It is that, in front of a case, that you already can know the theory, you go deeper, you learn that and you are obliged to understand to write. This is a little true, because you, for example, start to study civil law. Civil law, in the beginning, are Institutions of Civil Law. I like a lot, but for most people it is a very vague thing, very... And you, with time, you are at the faculty, you are in the office doing internship, you hear that, that calls your attention, because it is a thing... It is a business very... For that every faculty today has an office model, at least because it is a very important thing to get the student's attention.

P.F. – This has a little to do with the idea of the profile of a professional that people are developing during the years of formation at the faculty. Well, hearing stories is quite common for people to always realize that there are changes in these expectations. I want to say, you enter the faculty with a determined type of expectation, with a determined type of objective and during your own faculty you change a little the interests and end up assuming a new professional direction. How was this construction of professional orientation?

L.V. – This is interesting. In reality, it is what I told you. I was working in Law, in an office, and I was finding it very boring. In a certain period, it started to be discussed the new Law of Anonymous Companies, 6404. The problem is the following: the lawyer, traditionally, he was completely alien to the business. The lawyer was a creature that he fought. Today the lawyer works with whoever wants to do business. Traditionally it was a thing in the middle... I can be talking like this, but the lawyer did not enter the business, did not participate. "I will buy the Getulio Vargas Foundation." You were not sitting on the side to do it. It was

diferente. Com a nova Lei das SA, quando começou a se discutir isso, eu disse: “Bom, eu aqui, nesse escritório e fazendo isso, eu não vou conhecer.” Nem na faculdade, porque na faculdade ainda era Lei das Sociedades Anônimas, a Lei das Companhias, que era uma coisa totalmente ainda... Aí eu vi que a Price podia ser um negócio legal. Porque a Price, apesar de ser uma empresa de auditoria, ela entra nas empresas e o advogado não sabia contabilidade. Eu aprendi contabilidade porque eu achei que era importante. E deu certo. Deu certo porque eu entrei para a Price, eu comecei a ter uma *expertise* que poucos advogados... Saiu a Lei das SA. A Lei das SA saiu com uma... Aliás, não pretendo saber tudo, mas [digo que ela] saiu com capítulos complexíssimos das demonstrações financeiras e eu pude ter acesso a isso. Eu não pretendo saber além do que eu sei, mas eu sabia, na época, muito mais do que a maioria dos advogados. Então foi uma coisa muito boa chegar... nunca pensei isso... fazer auditoria na Petrobras, fazer auditoria no Banco do Brasil, fazer auditoria na Brahma... Eu comecei a ver um mundo de empresa, um mundo de negócio, que me interessava mais do que aquela advocacia que eu fazia.

I.N. – Com o seu tio. Essa experiência de ter trabalhado com seu tio.

L.V. – É, essa experiência de fazer fórum, de briga, de briga familiar. Eu estava me enchendo daquilo. E aí foi muito bom, porque apesar de eu não estar fazendo direito, não estou trabalhando em fazer petição, em fórum, eu estava entrando em um mundo que eu não imaginei que ia entrar dessa forma. E aí começou a despertar esse interesse meu em mercado de capitais, mas no ambiente de negócios maior do que era o foco do meu trabalho na época de estagiário. No Rio de Janeiro poucos escritórios tinham esse foco empresarial. Talvez o do Zé Luiz Bulhões Pedreira, do Alfredo Lamy, que fizeram a Lei das SAs. Mas muito poucos. Então foi um aprendizado muito legal e me despertou. É um pouco isso que você falou.

P.F. – Foi durante o estágio que deu essa...

L.V. – É. Foi o que me deu esse negócio, esse interesse maior para o mundo dos negócios, vamos falar assim, do que simplesmente um negócio de advogado.

I.N. – Foi o período na Price, propriamente. Foi o que começou.

L.V. – Foi o período da Price.

I.N. – Quanto tempo o senhor ficou na Price?

L.V. – Eu acho que uns três anos.

I.N. – Uns três anos. Eu queria voltar antes da gente entrar, que eu acho que o momento da Price é muito importante. Também falar um pouco dessa questão dos escritórios empresariais também, mas eu só queria voltar em uma pergunta na faculdade para gente encerrar, que são seus colegas. Quem eram os seus colegas mais marcantes, amigos, se houve alguma rede de relações que o senhor recorda que foi importante?

L.V. – Não. Faculdade Nacional não tem muito isso, não. Agora que eles estão fazendo. De vez em quando eu lembro. Tem hoje o presidente do Tribunal de Justiça do Rio. É meu colega de turma, o Milton Fernandes. Eu tenho o Carlos também, que era filho de desembargador. Meu amigo, encontro com ele às vezes em Búzios. Mas não tenho assim, uma rede de amizade da faculdade. A Faculdade Nacional de Direito era uma faculdade meio... Eu não sei como dizer. Enquanto em algumas faculdades você faz uma turma... Meu pai na Escola Naval... Lá era uma coisa meio dispersa. Não tinha muito. Você entrava, falava, ia embora. As pessoas já trabalhavam, cada um em um negócio. A Faculdade Nacional de Direito era uma faculdade de graça, as pessoas se matavam para entrar. Não era ainda consolidado. Tanto que eu fiz o vestibular, não saiu, eu comecei a fazer da UERJ. Aí saiu, eu parei. Eu pagava... Hoje seria como o equivalente a pagar R\$ 6 por semestre. Então tem pessoas lá que trabalham e dão muito duro. Tem dessas injustiças. O cara pode pagar e está pagando R\$ 6. Não tem muito sentido. Então tem essa coisa. Tem os caras que vão trabalhar, tem aquela gente que fica lá escrevendo tudo, não pode perder nada. Não é um ambiente agregador. Não estou dizendo que seja desagregador, mas não é agregador. Não é um ambiente que você diga: “Ah, fiz uma turma, fiz um grupo.”

I.N. – Sua experiência não foi essa.

L.V. – Não, não. Eu não tive. Pode ser que tenha alguém que tenha.

P.F. – Foi mais no estágio então que essa coesão começou a ser formulada em torno da sua carreira profissional. Ali você começou a descobrir isso.

L.V. – É, foi mais esse negócio da Price, esse negócio de vir a Lei das SA aparecendo.

I.N. – Eu queria perguntar um pouco sobre essas discussões. Como é que o senhor começou a participar das discussões da Lei das SA? Se houve um grupo, se algum professor.

L.V. – Não participei, não. Estava tendo essas conversas.

I.N. – Como é que se sabia disso?

L.V. – Eu sabia porque tinha jornal, tinha uma conversa. Porque a Lei de Sociedades no Brasil é uma lei muito antiga. É a lei de comércio, era uma lei que a própria figura da sociedade anônima está na lei antiga, estava na lei antiga, mas é um conceito ainda de comércio, do sujeito que abre uma loja. Não tinha nada a ver com o valor mobiliário, como a ação sendo um bem em si. Ela não tinha como um objeto *tradable*<sup>7</sup>. Não existia isso. Então você tinha o mercado de capitais, tinha as ações na Bolsa, mas era um negócio, assim, todo... Uma colcha de retalhos mal adaptada. Quando começou a discutir a nova Lei das SA, a nova possibilidade, eu comecei a acompanhar, eu lia muito. Era uma coisa que eu ficava procurando, porque se for para fazer esse negócio de inventário, eu não tenho mais saco. Eu não vou fazer. E aí surgiu essa possibilidade de ter essa mudança no panorama. Isso mudou muito o panorama de negócios no Brasil, de mesas em geral. Quando a gente chegar na CVM, eu vou te falar. Na minha época de CVM o mercado é assim. Hoje é enorme, graças à lei.

I.N. – Como foi o trabalho na Price, então? Qual era a sua rotina?

L.V. – O trabalho na Price foi engraçado. Lá você tem vários cargos. Você entra como um assistente, três, dois, um.

I.N. – Já formado, doutor Luís?

L.V. – Não. Eu estava, eu acho, no penúltimo ou no último ano da faculdade.

I.N. – Como é que foi? Foi um processo seletivo?

L.V. – Já estava no último ano da faculdade. Foi até o último ano da faculdade. Foi um processo seletivo, eu passei, aberto.

---

<sup>7</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “comercializável”.



I.N. – Sem nenhuma relação?

L.V. – Ah, não, eu tive indicação. Eu tive uma pessoa. O Donald Malpas me indicou. Era o vice-presidente da época. Donald Malpas. Ele era tio de uma namorada minha. [riso]. Eu fui lá, participei de uma seleção. Entrei como assistente III, que é o nível mais baixo. Como é que a Price trabalha? “Vamos fazer auditoria na Fundação.” Aí você tem uma equipe, que é designada na hora, tem um sócio responsável, um sênior, que toca tudo. Aí você tem sênior III, aí tem vários assistentes. A equipe vem para cá e começa a fazer a auditoria. Entrei como assistente III, passei para assistente II, passei para assistente I, fiz auditoria em várias empresas. É um negócio interessante, porque você começa a trabalhar e eles estão te ensinando. O III, na verdade, é um processo de aprendizado e eles estão te pagando. Não é nada de mais, mas estão te pagando. Então é um estágio, mas não é. Eles não dizem. Você é contratado, você é empregado. Eu fiquei nesse negócio. Foi muito interessante. São empresas diferentes. Hoje você está em uma fundação, amanhã você está em uma companhia de petróleo, amanhã você está em uma empresa que faz doce, depois você vai fazer um negócio. Então Petrobras, você sobe... Em um nível mais baixo você faz medição de tanque de Petrobras. Então você sobe naqueles tanques. É um negócio amplo. Para mim foi muito bom. Eu nunca tinha tido uma experiência parecida. Eu gostei muito. Depois de um certo tempo, saiu um anúncio no *Jornal do Brasil*, que na época saía, para ser advogado da Shell, e era uma coisa muito concorrida. Eles puseram e eu fiz. Não teve pai de namorada. Fiz a prova. Não sei quantos candidatos mandaram currículo. Passei para uma seleção grande de... Eles fazem aquelas dinâmicas de grupo, aquele negócio que você... Foram horas, foram dias e eu fui aceito. E aí eu fui trabalhar na Shell. Foi um processo seletivo engraçado. Passaram três pessoas: eu, o Henrique Neves, que é presidente do Hospital Einstein, em São Paulo. Ele é advogado, mas é o presidente. E o Fux, que é presidente, [corrige-se] que é do Supremo. Nós três passamos para a Shell. O Fux foi trabalhar na área da Shell Rio, eu e o Henrique ficamos na *holding*.<sup>8</sup> Eu cuidava da parte de CNP e contratos com os postos. Quando eu passei para a Shell, eu ia fazer um mestrado na Inglaterra.

I.N. – A gente achou aqui um registro de que o senhor tinha feito uma pós-graduação em direito em Londres, alguma coisa do tipo.

---

<sup>8</sup> Companhia que possui como atividade principal a participação acionária majoritária em outras companhias.

L.V. – É. E aí eu tive que adiar. Eu escrevi para lá, disse: “Olha, surgiu isso.” Aí eles me deram um ano de...

I.N. – Aonde? Em qual lugar?

L.V. – Na London School of Economics.

I.N. – Na London School of Economics. E era um LLM?

L.V. – LLM<sup>9</sup>. Aí eu escrevi para lá e disseram: “Não, você fica aí e tal.” E aí eu fiquei na Shell. Aí eu fui para Londres no ano seguinte. Fiquei um ano só na Shell. Aí eu fui para Londres. Fiz até estágio na Shell, SIPC, na *Shell International Petroleum Company*. Na volta eu não quis voltar para a Shell, porque eu achava muito chato. A empresa, me puseram em uma mesinha lá. Achei muito chato. Aí o Pinheiro Neto viu que eu estava acabando o curso lá, me ligou. O velho Pinheiro Neto, e ele tinha um escritório em Londres. Aí eu fui no escritório em Londres, ele me contratou para vir para o Rio, para o escritório dele no Rio. Aí eu vim para cá.

I.N. – Que ano?

L.V. – Esse negócio de ano é que me mata.

I.N. – Não tem problema.

L.V. – Espera aí. Eu vejo para você. Posso até te mandar.

I.N. – Não tem problema. Só se lembrasse.

L.V. – Mas eu posso mandar para você. Não tem problema.

P.F. – Isso aí foi final da década de 1970.

I.N. – Isso. Final da década de 1970. Ótimo.

L.V. – E aí eu voltei, vim trabalhar no escritório do Pinheiro Neto, aqui no Rio.

I.N. – Já terminado o LLM.

---

<sup>9</sup> Trata-se de uma pós graduação em direito, existente no sistema norte americano de ensino. Consiste na abreviatura de “*master of laws*” que vem da expressão latina *legum magister*.

L.V. – Já terminado o LLM. Na verdade, vou dizer uma coisa. Eu não terminei o LLM. Eu fiquei até... Eu tinha que apresentar o *paper* e não apresentei. E aí voltei para cá, trabalhando com ele. Terminei o prazo do LLM, mas não terminei o LLM. E aí fui trabalhar com o Pinheiro Neto aqui no Rio. Eu estou andando rápido. Você me diz. Se quiser cortar aí me fala, pelo amor de Deus.

P.F. – Teve um período até imediatamente anterior à Shell, no qual você veio a assumir uma formação um pouco relacionada a finanças públicas.

L.V. – Ah, é. Até me esqueci.

P.F. – E aí depois teve, talvez, uma certa mudança quando você foi para Shell. Queria falar um pouco sobre essa sua formação do conhecimento durante esse período.

L.V. – Me esqueci completamente. Não me lembro. Tem que vir com uma cola aqui. O Paulo Nogueira Batista, que foi presidente da Nuclebrás<sup>10</sup>, me chamou para ir para a Nuclebrás, para ir para a área de contratos internacionais da Nuclebrás. Foi das coisas mais engraçadas que aconteceu, porque eu estava trabalhando nisso, eu fiquei lá um ano e meio, e aí eu fiz uma... A Nuclebrás era naquele prédio da Academia Brasileira de Letras, que é diagonal, – talvez por isso eu esteja falando isso –, ao Consulado Francês. Um dia eu estava almoçando, passei, eu tinha morado na França, de vez em quando ia lá na biblioteca, aí eu vi lá assim: Curso de extensão universitária de *management publique*.<sup>11</sup> Bolsa integral.” Eu falei: “Como é que é isso aí?” “Não, o senhor tem que trabalhar em uma empresa pública, ou no Estado, no governo.” Eu falei: “Olha, eu trabalho na...” “O senhor não quer se habilitar?” “Quero. O que tem lá?” “O senhor tem que se habilitar e vai fazer uma prova.” Eu falei: “Tudo bem.” Marquei, marcaram a prova, eu fiz a prova, mas *nem aí* e tal. Pouco antes da época, dezembro, mais ou menos, eu recebo um telegrama dizendo: “O senhor foi aprovado no Institut International d'Administration Publique e o senhor vai para a França. O senhor ganhou a bolsa. São sete meses de bolsa, tudo pago.” Eu aí fui. Fiz o *management publique* lá, apresentei um *paper*, apresentei um *paper* [que] foi uma brigalhada danada e foi muito bom. Eu aí estava interessado em administração pública. Mas administração pública ou você faz concurso, ou você é

---

<sup>10</sup> Refere-se à “Empresas Nucleares Brasileiras S.A”., estatal Brasileira.

<sup>11</sup> Expressão da língua francesa que pode ser traduzida como “administração pública”

convidado. Então eu fiquei naquela coisa. Voltei. Voltei para a Nuclebrás, fiquei um tempo na Nuclebrás ainda. Aí me convidaram para ir para a Anglo American Corporation, que é uma empresa sul-africana de mineração aqui no Brasil e lá. Aí fiquei na Anglo [por] bastante tempo. Eu cheguei a ser presidente da Anglo, mas antes eu fui para o Banco da Bahia. Trabalhei com os Mariani<sup>12</sup> um bom tempo.

P.F. – Quando surgiu esse interesse, quando você passou a executar esse conhecimento em administração, finanças públicas, como é que era sua visão sobre o Brasil nessa época? Sua visão sobre as instituições, sobre a economia.

L.V. – Para ser sincero, eu tenho... Eu não tenho uma visão, digamos, cristalizada. Eu acho que o país é um país muito difícil, é um país com instituições muito precárias. Acho o brasileiro, apesar da pretensa cordialidade, eu acho que é muito autoritário, muito *flattering*<sup>13</sup> e acho que é difícil. Você viu aí os planos econômicos, as mudanças de humor. Eu não sou muito... Minha visão não é muito *flattering* quanto a isso. Onde eu passei pela administração pública, o que eu posso dizer é que eu tentei fazer o que dava para fazer sem me preocupar muito com o resto. É uma coisa meio oligofrênica, mas é verdade. Eu tenho uma entrevista que eu dei quando eu saí da CVM. “Olha, mas o Brasil, essa bagunça toda...” Olha, você tem instituições que funcionam, instituições que não funcionam. A maioria pode não funcionar, mas eu tenho certeza que quando eu estive lá, a CVM funcionou.” Então eu tento botar ali. Como visão global você tem instituições que sempre tiveram papel e funcionaram. Pega um Itamaraty, sempre funcionou. Com problemas, mas funcionou. A própria Polícia Federal. Agora está sob *spot*, mas sempre teve uma função. As coisas mudam. Agora está tudo... Polícia Federal, Ministério Público está debaixo do holofote. Mas as coisas sempre funcionaram, sempre tiveram... Algumas instituições sempre funcionaram. O país, a impressão que dá, é que não funciona. Mas algumas coisas funcionam.

I.N. – Eu queria voltar, já que a gente chegou um pouco nessa dicotomia de público e privado. Eu queria voltar nesse momento, porque eu acho que eu pedi para a gente falar um pouco dos seus colegas, mas o senhor estava justamente falando nessa questão do interesse pelo direito

---

<sup>12</sup> A família Mariani é controladora do Banco da Bahia.

<sup>13</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “lisonjeiro”.

empresarial quando ele ainda não era propriamente o direito empresarial que é hoje. Como era esse período? Porque foi a Price sua primeira escola e aí essa transição de ir para a Shell...

L.V. – A Shell também não era direito empresarial. A Shell era um negócio de interesse corporativo. Eu cuidava de todo o contencioso deles, na época, com o Conselho Nacional de Petróleo e com os postos de gasolina, os vendedores da Shell. Então não tinha nada a ver com... Por isso que eu achei que foi chato de novo. Eu queria voltar para esse negócio, eu queria voltar para empresarial.

I.N. – Que era o da Price.

L.V. – Que era o da Price.

I.N. – Por que na Price era empresarial?

L.V. – Porque a Price me jogava em empresas, cada dia em uma empresa diferente. Então eu estou fazendo auditoria na Brahma, eu vejo como você monta um estoque de garrafa; como é que o cara compra cevada. Eu tenho interesses, eu gosto disso. Como é que é o funcionamento de uma empresa. Ao passo que se você for, por exemplo, na Gillette, como é que ele monta aquele negócio de barbear dele? Eu gosto. É uma curiosidade até meio infantil, mas é verdade. Eu gosto desse negócio, desse processo. Eu gosto da formação da empresa, eu gosto de ver como é que ela compra sua matéria-prima, como é que aquilo transforma, como é que você vende. Então, dentro dessas empresas, mesmo fazendo auditoria... A auditoria é um pouco isso. Você tem que entender o funcionamento da empresa para ver se aquilo que estão te mostrando faz sentido. Fora o aspecto contábil, o “entra e sai” de dinheiro e tal. Agora, o que eu estou dizendo está mais dentro do que eu gosto. O direito empresarial, ele lida com a empresa, ele lida com a compra de um ativo, ele lida com a venda de um ativo. Ele lida com uma coisa que eu acho que é mais concreto do que essa briga em cima de lei de, sei lá, um sujeito está reclamando que devia ser herdeiro e não é. Eu acho isso muito chato. Para mim. Tem gente que adora e ganha muito dinheiro com isso.

I.N. – Mas como é que era o direito empresarial nesse momento no Brasil? O que estava acontecendo? É um pouco o resgate disso também.

L.V. – Estava acontecendo isso. Do direito empresarial especificamente, a auditoria não era isso.

I.N. – Havia poucos escritórios.

L.V. – Poucos escritórios. O direito empresarial era uma coisa ainda incipiente, praticado por muita pouca gente, até porque a demanda era muito pequena. As relações empresariais eram menores. Você não tinha essa quantidade de empresa. O capital estrangeiro tinha, as empresas de capital estrangeiro... O capital estrangeiro acabou... As nacionais, elas não tinham essa mobilidade que você tem hoje. Fulano comprou ciclano, ciclano vai se juntar com beltrano. Não tinha isso. Era uma coisa muito mais estática. Você tem que ver o tamanho das empresas naquela época, tem que ver a quantidade de empresas que tinha naquela época, que podiam aspirar um negócio, um movimento empresarial. Empresa sempre teve, lojinha da esquina sempre teve, mas essa aí tem hoje e não é nada. Eu estou dizendo o seguinte: aí você tem o Carrefour, que briga com não sei quem, que junta... Isso não tinha na época. Era uma coisa pequena. O que eu comecei a ver é que... Eu nem sei se eu estava certo. Ou melhor, posso estar certo em parte, mas não acho que seja devido só a isso. Quando eu comecei a ver a Lei das SA e eu vi, com a criação da CVM, eu vi que você podia ter... Claro que uma economia infinitamente menor, mas você podia ter um embrião do que você tem em uma economia americana, por exemplo, entendeu? Um funcionamento mais ágil desses mecanismos de compra e venda de empresa, de fusões, de coisas desse gênero. Não acho que tenha sido... Hoje em dia o mercado está assim, mas não acho que tenha sido por causa da Lei das SA. A Lei das SA foi um componente. Eu acho que a economia cresceu, se internacionalizou, o mercado cresceu. Então isso tudo também deu uma outra dinâmica no mercado. Mas acho que a Lei das SA, naquele momento, foi um sopro de esperança, de que seria ter no Brasil um ambiente de negócios mais, digamos, interessante do que você tinha até então.

P.F. – Um período muito interessante, não é? Você estava em sua formação ali, administração pública, e vivenciando um pouco de perto, um pouco de longe a criação da CVM, a redação da Lei das SA, em um período de alta inflacionária. PIB subindo, mas inflação também bastante alta. Isso era um problema nacional. Era uma questão importante. Então, nesse contexto, como você percebia um pouco esse debate em torno das companhias abertas? Lembrando que, logo

anterior a isso, um pouco ali a CVM está vivendo o momento do *boom* das ações, a crise da Bolsa.

L.V. – Aquele *boom* da bolsa, ele foi muito mais, no meu entender, – já se falou muito, escreveu muito sobre isso –, muito mais um movimento meramente especulativo do que qualquer coisa ligada ao mercado de capitais, que examine, por exemplo, o balanço da empresa. Aquilo lá foi uma operação feita para *puxar* o mercado. Foi um negócio que não guarda paralelo em nenhum mercado consistente. Tinha muito pouco [mercado]. A Bolsa de Valores, na época, – você tinha bolsa no Rio, em São Paulo –, era uma bolsa muito pequena em termos de volume. Mínima em termos de volume. Estou nem comparando agora. Estou comparando à minha época. Um pouco antes da CVM era mínima. Com *players* absolutamente da escola antiga. Era o corretor, era o corretor de valores, era o corretor de café, era uma figura já totalmente anacrônica. Não estou fazendo crítica nenhuma. Fora do contexto. Visto hoje, então, é absurdo. E era um negócio incipiente. O mercado que estava ali, na época, grande, que foi criado e que passou a ser uma mina de ouro, é o mercado título público, que nasceu lá na... Que o Brasil começou lá, o corretor Leite Barbosa começou a trabalhar com isso e era um... Ganharam muito dinheiro, porque o Estado operava mal na época, para financiamento de dívida pública. O mercado de ações era um mercado incipiente. Aí você tinha, falava com a sua avó: “Ah, tem ações do Banco do Brasil.” Não era um negócio. Você não tinha ação fora dos *blue chips*<sup>14</sup>. Não tinha. Tinha uma ou outra, uma Acesita<sup>15</sup>, uma coisa assim. Ali era um mercado muito pouco... Eu achava que a lei podia trazer um... Trazia. Eu achava e trouxe. Uma roupagem nova para esse mercado. Incentivar gente a ver o mercado como uma fonte de financiamento real.

P.F. – Isso era uma questão de mentalidade da época, certo? Até no momento de advento da CVM um dos grandes objetivos era essa educação do mercado.

L.V. – Exatamente. Tanto que quando a CVM foi criada, eu vivi esse dilema ainda. Agora, depois, passou. Que na Lei 6385 está dizendo que uma das funções da CVM é... A lei é perfeita. Tanto a 6404 quanto a 6385. Não faço crítica nenhuma. Eu adoro o Zé Luiz e o Lamy. São duas figuras, mas eu acho que o meu único senão é que na lei diz que uma das funções da CVM

---

<sup>14</sup> Expressão da língua inglesa que se refere a ações compreendidas como seguras, de empresas já conhecidas no ramo.

<sup>15</sup> O mais próximo que se pode ouvir.

é o desenvolvimento de mercado de capitais. E a função da CVM não é desenvolvimento de mercado de capitais. Você vê, a função da CVM é normatizar e fiscalizar o mercado de capitais. Eu não tenho que desenvolver nada. Se o mercado está favorável a que você abra o capital da sua empresa, abre. Se está desfavorável, não abre. Se quer fechar o teu capital, feche. Eu não tenho que desenvolver nada. Porque aí eu vou estar dando um aval para uma coisa que eu não posso dar. É preço de ação. Então esse é o único senão que eu acho. Mas quando foi criada, uma das funções era... Tanto que logo depois foi criado o CODIMEC, o Comitê de Desenvolvimento de Mercado de Capitais. Por quê? Porque era a vontade de tirar da CVM... Eu fui do CODIMEC uma época, uma época o Mário Henrique era presidente do CODIMEC, o João Paulo Veloso<sup>16</sup>. Era justamente incentivar esse negócio. Eu pessoalmente ia, mas não ócio. Eu pessoalmente ia, mas não acredito muito. Eu acredito muito em mercado. Então não acredito muito em incentivo a coisa nenhuma. É só não atrapalhar. Se for bom, você vai abrir o capital. Se não for bom, você não vai abrir.

P.F. – A leitura comum, acho que até um pouco ligada ao senso comum sobre a CVM que se faz sobre o período de estruturação da instituição, vem sempre impregnada por essa expressão: o desenvolvimento do mercado de capitais. Me parece que isso não foi tão uníssono assim no início. Me parece que houveram algumas certas disputas até ligadas à legitimidade direta ou indireta da instituição na época.

L.V. – Eu acho assim: você pode desenvolver alguma coisa criando... Aí o que é o conceito de desenvolver? Eu tenho uma atividade que é totalmente vilipendiada, prostituída, eu vou lá, normatizo, digo: “Olha, tem que ser assim.” Eu estou desenvolvendo. Porque a balbúrdia não é desenvolvimento. Nesse sentido ela desenvolve. Só que, quando você fala desenvolve no Brasil, eles querem que você fique: “Vá, abra sua ação, abra seu capital, venda ação.” Não é função da CVM. Você vai abrir e fechar capital na medida em que a economia estiver tomando ação da tua empresa. Nesse sentido, eu acho que é totalmente descabido. Eu acho que vale a pena, você desenvolve mercado de capitais quando? Criando uma CVM, a CVM fazendo uma normatização clara, evidente, que não mude toda hora. Fazendo julgamentos e inquéritos que possam trazer, mostrar ao mercado que aquilo não vai ser tolerado. Esse desenvolvimento é que a CVM tem que fazer. Agora, no início da CVM havia uma impressão que a CVM... Por

---

<sup>16</sup> Refere-se à João Paulo dos Reis Veloso, economista brasileiro.



exemplo, uma coisa que eu sempre, enquanto eu estive na CVM... Era um bicho papão em cima de mim. “Vão tributar ganho de ação. Você tem que ir lá e discutir com a Receita Federal que não pode aumentar.” Eu posso até ir lá falar com o ministro da Fazenda, na época era o Bresser e o Funaro. Eu posso ir até lá e explicar: “Olha, não faça isso.” Mas eu não vou dizer: “Não faz.” Se é política de governo fazer, vai fazer e eu vou normatizar o mercado tributado. É isso. Na época que eu fui, aí eu ainda tinha, eu era visto como um defensor desse mercado. Eu não sou defensor desse mercado. Eu sou regulador desse mercado. Se amanhã o governo disser assim: “Acabou o mercado de ações.” Acabou. É uma política de governo. É aquela teoria da apreensão. Eles apreendem e acham que você é o arauto deles. Eu não sou.

I.N. – Eu queria perguntar justamente. O senhor estava na Price quando a CVM foi criada. O que se falava sobre a criação da CVM?

L.V. – Você falou uma coisa que eu me esqueci. Na verdade, a pessoa que fez toda a parte contábil da Lei das SA para o Zé Luiz e para o Alfredo Lamy foi o Manuel Cruz. Manuel Cruz era, na época, o sócio principal da Price no Rio de Janeiro. E eu tive a oportunidade de acompanhar. Eu nunca tive nenhum *input*<sup>17</sup>, nenhuma influência sobre isso, mas eu tive a oportunidade de acompanhar ele, fazer umas coisas e falar e muita discussão a esse respeito. Você me perguntou antes se eu participei de discussão. Eu não participei, mas eu ouvi, essa parte específica eu tive uma proximidade maior, eu tive uma... Eu não participei de discussão nenhuma, mas eu era muito moço, mas eu pude ver conceitos que você tinha uma briga, como é que você ia fazer o negócio, que foi uma briga enorme. A tal da equivalência patrimonial. Eu tenho uma *holding*<sup>18</sup> e eu tenho as empresas embaixo. Como é que o patrimônio dessa reflete nisso em termos contábeis. Essa parte foi uma parte muito... E é essa parte justamente que, na época, o advogado não sabia. Era uma coisa que era meio alheio a advogado. Era de contador. Era mais especialidade de contador. Isso que eu acho que a Price me ajudou. Eu sei ler balanço. É isso que eu estou falando.

I.N. – Enquanto você estava lá na Price, o que se falava sobre a CVM, propriamente? Quais eram os comentários, expectativas?

---

<sup>17</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida nesse contexto como contribuição com ideias.

<sup>18</sup> Companhia que possui como atividade principal a participação acionária majoritária em outras companhias.

L.V. – Não tinha. A CVM, expectativa, comentários, eu vi na imprensa. Acompanhava o *Jornal do Brasil*, eu lia essas coisas, *Gazeta Mercantil*. Eu nunca vi, eu não me lembro de ter... Pode ter sido mencionado, mas eu nunca vi nenhuma conversa sobre CVM aí. Eu vi uma coisa mais técnica, que é essa parte contábil, que quando a lei saiu era o grande ponto de interrogação, porque trazia certos conceitos completamente diferentes da anterior, da lei anterior, e muito pouca gente sabia. Não é que eu soubesse tudo. Não sabia, mas aquilo não era estranho para mim.

I.N. – Justamente porque estava na Price.

L.V. – É.

I.N. – Bom, e aí, então, vamos caminhar um pouco na sua história. Aí foi, virou superintendente jurídico da Anglo...

L.V. – Aí eu fui superintendente jurídico da Anglo, depois eu fui...

I.N. – E a sua atuação dentro da Anglo era como?

L.V. – Eu era superintendente jurídico, era presidente de algumas empresas de mineração de ouro, que eles têm.

I.N. – Tudo isso muito jovem, não é?

L.V. – É. Eu fui...

P.F. – E te colocou um pouco mais próximo do universo empresarial, coisa que a Shell...

L.V. – É, muito mais. Aí não. Aí eu tinha uma atividade, eu viajava. Tinham empresas assim, mais diversas. Porque a Anglo não é só mineração. Sabe aquela castanha de caju Iracema? Era da Anglo. Eu era presidente da castanha. [riso] A gente tinha castanha de caju em casa, que era uma grandeza. Eu não tinha pepita de ouro, mas tinha castanha de caju. Quase a mesma coisa. E aí eu fiquei lá. É engraçado. Eu fui do Banco da Bahia, fui para a Anglo e voltei para o Banco da Bahia. E depois voltei para a Anglo.

I.N. – E como que foi essa troca entre o banco?

L.V. – Eu saí da Nuclebrás, fui para a Anglo, fiquei um tempo na Anglo, aí o Pedro Henrique Mariani, que é da família Mariani, me convidou para ir para o Banco da Bahia, para ser vice-presidente jurídico. Eles tinham uma despesa muito grande com advogado. O Banco estava meio de lado. Ele fez um trabalho belíssimo de recuperação desse banco e eu tive oportunidade de ajudá-lo um pouquinho. Fizemos um trabalho bom de recomposição de ativos e de avaliação de crédito, que não vinha sendo feito. Fiquei lá um bom tempo. Quando eu estava no Banco da Bahia foi que surgiu o convite da CVM.

I.N. – Como foi isso?

L.V. – Foi uma coisa absolutamente louca. É o seguinte: vocês já entrevistaram o Victório Cabral?

I.N. – Já.

L.V. – O Vitório foi nomeado...

I.N. – Você sucedeu ao Victório.

L.V. – É. O Vitório ficou lá um mês, um mês e meio.

I.N. – Quatro meses.

L.V. – Ah, é? Tudo isso?

P.F. – Ele ficou do dia 17 de abril de 1986 ao dia 29 de agosto de 1986.

L.V. – Aí o Victório subiu. O Victório era uma figura muito conhecida aqui no Rio, muito querido, eu gosto muito dele. E o Victório, na época, tinha uma coisa meio esquizofrênica, como outras na administração pública brasileira, que é: o Banco Central tinha uma diretoria, que era diretoria de mercado de capitais. A diretoria de mercado de capitais era ocupada, na época, pelo Luiz Carlos Mendonça de Barros, que eu gosto muito, me dou muito bem com ele, mas não é uma figura fácil. E era uma coisa difícil, porque tinha uma certa superposição com a CVM. O Banco Central sempre foi muito cioso das suas prerrogativas e atividades e, apesar da criação da CVM, ainda tinha um vínculo com o mercado de capitais através dessa diretoria. E às vezes você chateava corretor e o corretor, aquele que fazia a Bolsa, ia no Victório, ia na

CVM. Houve um problema. Eu não sei exatamente qual foi, mas deu um problema sério ente o Vitória e o Luiz Carlos<sup>19</sup>. O Victório pediu para sair. Uma confusão danada, as pessoas ficaram com muita raiva, que o Victório é um querido. Advogado sério. Aí eu estou no meu escritório, lá no Banco da Bahia, toca o telefone. “O ministro da Fazenda quer falar com você.” Aí ele falou: “Luís Octavio, é Dilson Funaro<sup>20</sup>. Eu queria te convidar para ser presidente da CVM”. Surgiu porque o André Lara Resende<sup>21</sup> e o Pêrsio Arida<sup>22</sup> me indicaram. E o Fernão Bracher.

P.F. – O Fernão Bracher é que, na época, presidente do Banco Central.

I.N. – E lhe indicaram porque lhe conheciam de onde?

L.V. – Me conheciam do Rio. O André me conhece há muito tempo.

I.N. – Mas de quais relações no Rio?

L.V. – O André me conhece há muito tempo. Desde moço, desde garoto frequentei a casa dele.

I.N. – De amigos da rua?

L.V. – Não, não, ele nem é da rua. Ele morava ali no Jardim Botânico. De Rio de Janeiro.

I.N. – Escola?

L.V. – É, de clube, coisas assim.

I.N. – Vocês são da mesma geração?

L.V. – Somos da mesma geração. Tenho vários amigos em comum. O Pêrsio eu conhecia menos. O Fernão [Bracher] eu conhecia porque quando eu era diretor do Banco da Bahia, o outro diretor era o Cândido Bracher, filho do Fernão, e nós ficamos muito amigos. Eu fui muitas vezes na casa do Fernão em São Paulo, lá no alto Pinheiros. Então quando surgiu isso, o Dilson falou assim: “O Victório está saindo, está tendo o maior problema lá na imprensa do Rio. Eu

---

<sup>19</sup> Refere-se a Luiz Carlos Bresser Pereira.

<sup>20</sup> Ministro da Fazenda à época.

<sup>21</sup> Banqueiro e um dos arquitetos do Plano Real.

<sup>22</sup> Economista e um dos arquitetos do Plano Real.

quero um advogado do Rio.” A bula foi essa, a receita foi essa. “Eu quero um advogado do Rio.” Aí lembraram de me chamar. E aí eu fui lá conversar com ele e assumi a presidência da CVM. A presidência da CVM eu assumi debaixo de pancada aqui no Rio de Janeiro. Porque os jornalistas estavam com ódio, dizendo que eu tinha sido posto lá para acabar com a CVM, que eu tinha sido posto lá a mando do Banco Central, que eu ia ser um mero instrumento para trazer de volta o mando do Banco Central sobre o mercado de capitais e não foi nada disso.

I.N. – E por que os jornais estavam fazendo essas notícias? O que tinha?

L.V. – Bom, havia uma suspeita fundada de que o Banco Central queria tomar a CVM. Porque teve essa briga do Luiz Carlos com o Victório. Victório alegava que havia interferência do Banco Central em assuntos da CVM. Tiram o Victório. O Victório sai. Vem um grupo do Banco Central, indica o locutor que vos fala aqui. É para fechar a casa, não é? Aí com o tempo foram ver que não era nada disso, que eu estava trabalhando. Pelo contrário, o que aconteceu com o Victório me ajudou muito. O Banco Central retraiu. Eu falei com o Fernão: “Fernão, eu aceito, vou tocar. Agora, *hold your horses*<sup>23</sup> aí, porque se não, não vai dar.” E aí ele segurou e a gente fez um bom trabalho. Acho que a gente teve uma boa relação com o Banco Central. Qualquer problema, qualquer barulhinho falar com o Fernão. Tinha um contato muito bom com ele. Nunca tive problema com o Banco Central. Todos os problemas que tiveram nós conseguimos resolver. O Banco Central, ele é muito ocioso. Por exemplo, problemas que podem existir: balanço de banco. Uma coisa que devia ter na Lei das SA é o seguinte: existem sociedades anônimas e sociedades anônimas bancárias. Sociedade anônima bancária devia ser diferente. Porque o balanço do banco não pode ser o balanço da Brahma. Ele é diferente. O balanço do banco, se der um sinal ruim, você quebra o banco. Então na Alemanha você bota capital, reserva, lucro e só. Você não bota nada. Mas a Lei das SA aqui diz que tem que botar tudo. Então cada vez que surgia um negócio, o pessoal: “Não, o Banco Central não quer.” Ia lá, negociava, fazia um troço. Tudo muito bem, nunca teve problema, ninguém deixou de ter informação que tinha, mas eu acho que foi muito bom. A Miriam Leitão, que é minha amiga, botou assim: “Quem é esse tal de Luís Octavio?” Ela fez um artigo escrevendo. Depois ela botou, quando eu saí: “Quem é esse tão de Luís Octavio?” Fez uma crônica me elogiando.

I.N. – Já lhe conhecia, a Miriam Leitão?

---

<sup>23</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida nesse contexto como “vá com calma”.

L.V. – Não, ela não conhecia. Quando eu assumi, ela botou assim: “Quem é esse tal de Luís Octavio?”

I.N. – Que não sabia quem era.

L.V. – É. Quando eu saí, ela botou: “Quem é esse tal de Luís Octavio?” Em um ela dizia que eu estava lá para fechar a CVM. Na saída ela fez uma crônica lindíssima. Não estava lá para fazer graça. Não sou moleque.

P.F. – Através de sua narrativa e de outras, de outros ex-presidentes que tivemos acesso, nos parece existir duas tensões bastante interessantes para entender esse período de reestruturação da CVM. Uma delas, já ficou um pouco claro na sua fala, que é essa tensão de uma gestão de distância constante com o governo. Afinal, qual é a natureza, qual é o papel da CVM? Existe uma disputa na definição desse papel.

L.V. – Isso.

P.F. – Queria que o senhor comentasse isso e uma outra tensão, um pouco mais geral, que é a tensão entre direito e economia, entre mercado e regulação. Enfim, se limita a economia? Não se limita?

L.V. – Tem mais uma tensão, que eu acho, que é CVM e mercado. Eu vou começar por essa depois. A primeira é aquela que a gente falou. A CVM, na minha época, – eu não posso falar de agora, que já tem muitos anos –, era um arauto e era um defensor do mercado. Eu acho que a CVM não é nada disso. CVM é um regulador, é um fiscalizador.

P.F. – A gente volta àquela questão do sentido do desenvolvimento.

L.V. – Exatamente. Então isso eu acho que é um aspecto. Com relação a órgão independente do Estado, eu também acho que a CVM, com o grau e número de empresas estatais que você tem, a CVM, ela está em uma situação muito delicada. A CVM, ela pode, ela tem o direito, ela é obrigada por lei a fazer coisas que no grau de institucionalização que nós vivemos, ela não é suposta a fazer. Por exemplo, eu liguei uma vez para o Ozires, que é presidente da Petrobras. “O senhor para de falar isso, porque se não eu vou meter o senhor em um inquérito.” Isso, no Brasil, eu posso ter que falar para o Ministro da Fazenda, que é quem me nomeia. “O senhor

para de dizer que a Vale está...” Porque a Vale não é estatal. “Mas você para de dizer que a Petrobras é um sucesso.” O que o Lula fez quando ele elegeu a Dilma na primeira vez, que tem fotos dele com a Dilma, com a mão, não pode ser feito. Quem pagou foi a Petrobras. Isso não pode ser feito. E aí você tem que chegar e abrir um inquérito. Não abriram. Tinham que ter aberto. Essa coisa, enquanto você tiver empresa estatal que pode ser usada para esse tipo... É um problema sério. Você tem que abrir um processo. Quem é que está se beneficiando com isso? É a candidata a presidente? É o presidente? Não pode. Então tem esse problema sério. Até porque a inserção do Estado na economia é muito grande, então você tem esse conflito permanente. Eu, quando era presidente da Petrobras, eu mandei fazer uma fiscalização na Troll, que era do Dilson Funaro. Ele não falou nada. Eu mandei, fez, depois ele voltou com o dado. Não tinha nada muito sério, mas quis fazer. Estava na lista. “Presidente, nós temos um problema aqui.” “Qual é?” Tem que fazer uma fiscalização. Está na época de fazer fiscalização na Troll.” “Vai fazer.” “O senhor não vai ligar?” “Não. Não vou ligar. Se quiser, ele me liga.” Eu não vou ligar. Aí começa a confusão. Eu também, quando eu estava na CVM, eu tive um problema, que eu tive o negócio da Cobrasma<sup>24</sup>, um processo que foi ruidoso e tal. A gente pode até voltar nisso, mas só estou dizendo. O que me ligou gente em torno do ministro da Fazenda... “Você não vai falar com o ministro, que você vai julgar, cobrar?” Eu digo: “Não vou. Eu não vou ligar. Eu vou julgar. Eu vou avisar que eu vou...” “Ah, mas o cara é presidente da FIEF.” “Olha, sinto muito. Eu não vou ligar.” Julguei e nunca me cobraram. Nenhum ministro... “Devia ter me avisado.” Não pediu. Então eu acho que esse tipo de coisa comigo nunca... Se a pressão veio, eu não peguei. Eu fiz o que eu tinha que fazer, o que eu achei que tinha que fazer. O que mais? Qual é a outra? Você falou do governo.

P.F. – Falamos dessa tensão...

I.N. – Da regulação e do mercado.

P.F. – A questão do direito e economia.

L.V. – [A relação entre] o direito e a economia é um problema, porque de novo, o brasileiro, ele vive em uma... Tudo na vida dele é uma área cinzenta. Quando você é obrigado a ter uma área cinzenta, eles ficam chateados. Quando é por lei... Essa área, por exemplo, de empresa de

---

<sup>24</sup> Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários.

capital aberto, um banco, por exemplo, qual é o interesse? Se o banco está passando por um momento difícil, necessariamente... Se ele está insolvente, o Banco Central já devia ter feito a intervenção. Se ao momento que ele está renegociando os créditos que ele tem a receber, porque os devedores estão em situação difícil, vai aparecer um resultado não muito bom. Aqui no Brasil não, porque aqui no Brasil, com essa dívida pública, eles ganham um dinheirão. Mas estou dizendo [que] em tese é isso que acontece, está certo? Então é interessante você mostrar um negócio desse? Você mostra uma redução de dividendo. Mas se você começar a abrir muito, você expõe o banco. O banco e a economia popular. Então aí tem que ter uma área cinzenta. Mas o que eu digo: quando você compra uma ação de banco, você tem que saber que você está entrando em uma área cinzenta. Esse que é o problema. Quando se compra um banco que é sociedade anônima e capital aberto, você está comprando a Brahma, você está comprando Lojas Americanas. E não é. Você devia comprar um banco e dizer... Bom, o banco, as regras de balanço são essas. Você quer comprar ainda assim? Você não vai poder fazer um detalhamento do resultado. Você quer comprar isso? “Quero.” “Então compra.” Aí é uma área cinzenta. “Ah, mas é capital aberto. Tomou dinheiro.” É, mas o problema não é esse. O problema é que se você for avisado antes que você está botando antes todo o dinheiro em algo que não faz *full disclosure*<sup>25</sup>, não tem importância. É sua opção. “Ah, não. É capital aberto, todo mundo tem que abrir igual.” Não é. Você tem que fazer um *fine-tuning*<sup>26</sup> aí, ter um pouco de sofisticação para ver o que interessa ao mercado, ao negócio, ao próprio investidor. Então tem esse negócio. Eu não acho que seja lei e economia. eu acho que aí é falta de você fazer o *disclaimer*<sup>27</sup> no começo. Eu acho que é lei na medida... “Ah, todo mundo é igual.” Não é. Toda empresa não é igual. O cara que faz sandália havaianas não é banco. Eu acho que as havaianas é um grande negócio no Brasil. Mas não é banco. Então você vai ter um grau de *disclosure*<sup>28</sup> menor porque é sandália havaianas. Porque sandália havaianas pode dizer até o momento que comprou a tinta para pintar a sandália. O banco não pode. Não é interesse de ninguém. Nem seu, que é investidor. Isso tem. Esse problema tem.

P.F. – Certo. Bom, aí a gente já entrou um pouco na sua entrada na CVM e aí a gente estava voltando um pouquinho. A gente estava falando daquele ponto em que o senhor foi convidado.

---

<sup>25</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “transparência total”.

<sup>26</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “uniformização”.

<sup>27</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “retratação”.

<sup>28</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “transparência”.



E aí eu queria saber, na sua ideia no momento, ou na sua ideia no momento que é de hoje também, o que foi que pode ter deflagrado, que pode ter sido alguma atuação do senhor, que veio a provocar, que veio a chamar a atenção para compor esse tipo de instituição. Lembrando que nós não falamos também ainda que antes da CVM teve a sua atuação como membro no Conselho Monetário Nacional.

L.V. – Não. Foi na CVM. O presidente da CVM era membro nato do Conselho Monetário. Durante. Eu fui do conselho por causa da presidência da CVM.

I.N. – O que da sua atuação pode ter motivado o convite?

L.V. – A amizade. Não foi nada disso. Toda essa gente opera em mercado financeiro e eu comecei a trabalhar com banco e fiz muita coisa com gente do mercado financeiro. O próprio André<sup>29</sup> montou uma corretora, me chamou para ajudar a fazer uma... E aí eles acharam que eu podia ajudar nesse negócio. Não tem nada assim... Foi mais ou menos “me dá um advogado do Rio” e aí quem estava ali me conhecia e me indicou.

P.F. - Quer dizer, então foi dentro do BBM<sup>30</sup> e aí...

L.V. – Dentro do BBM essa turma toda que eu falei, Fernão. O filho do Fernão trabalhava comigo no BBM. O André eu conheço há muito tempo. Pérsio que eu menos conhecia. Hoje eu conheço bem, mas eu conhecia menos. Então foi só questão de você conhecer as pessoas. Não teve nada profissional.

I.N. – E o que lhe motivou a aceitar? A dizer: “Eu vou, vou sair do mercado, vou trabalhar no setor público, vou trabalhar nessa instituição pública.” O que lhe motivou a topar esse desafio?

L.V. – Eu acho que é o desconhecido só. Não teve nada assim muito...

I.N. – E deu medo de sair do setor privado?

---

<sup>29</sup> Refere-se à André Lara Resende.

<sup>30</sup> Banco BBM, é o grupo financeiro derivado do Banco da Bahia – um dos mais antigos do Brasil.

L.V. – Não. Deu medo, não. CVM não deu medo, não. Aí teve essa desconfiança grande. Eu fiquei meio assustado. E aí tinha a diretoria do Victório, toda montada pelo Vitório. Eu pedi para todos ficarem.

I.N. – Quem eram?

L.V. – Era o Nelson Eizirik. É professor daqui. É professor da Faculdade de Direito daqui. Nelson Eizirik, Eliseu Martins, Lauro Gouvêa<sup>31</sup> e um Breno<sup>32</sup>. Breno não me lembro do sobrenome dele. Já morreu. Foi superintendente da Bolsa depois. O Lauro foi o único que eu levei, porque o Rogério Monteiro, que era... Rogério Martins<sup>33</sup> [corrige-se], que era do colegiado da CVM, que era muito amigo do Victório, eu pedi para ele ficar, mas ele não quis ficar. Ele ficou muito zangado do Victório sair. Hoje é meu amigo. Aí eu pedi à Associação de Analistas de Mercado para me indicarem três nomes. Eles indicaram e eu escolhi o Lauro. O Lauro foi trabalhar comigo, então eu aproveitei todos os conselheiros do Victório, do colegiado.

I.N. – Exceto um que não quis ficar.

L.V. – O que não quis ficar, se quisesse ia ter ficado lá e tinha ficado. E trabalhei com eles durante todo o tempo que estive lá. Não mudei ninguém. Só mudei quem quis sair. Depois de um ano o Breno saiu. Aí não teve jeito.

I.N. – Uma pergunta: já conhecia o Victório? De onde?

L.V. – Não, eu conheci o Victório na posse.

I.N. – Na posse. Nunca tinha...

L.V. – Nunca tinha, apesar de a gente ter alguns amigos comuns.

I.N. – Mas nunca tinha conversando, encontrado?

L.V. – Não.

---

<sup>31</sup> Refere-se a Lauro Mendonça Gouvêa Filho.

<sup>32</sup> Refere-se a José Breno Bueno Salomão.

<sup>33</sup> Refere-se a Rogério Crissiuma Martins.

P.F. – Aproveitando o gancho, tem algum outro ex-presidente, como doutor Roberto Teixeira, o Jorge Hilário?

L.V. – Eu conhecia o Roberto Teixeira, conhecia o Jorge Hilário, conhecia...

I.N. – De onde conhecia o doutor Jorge?

L.V. – O Jorge eu conheço do Rio também. Eu conheço daqui. Eu não sei. De amizades, amigos comuns, a mulher dele eu conheci antes dele, na época que ela era casada com o Edmar Bacha<sup>34</sup>. Andreia. Conheço os irmãos todos. Na verdade, eu conheci primeiro o José Francisco, que é irmão dele. O Zé Francisco eu conheço de jovem, de 15, 14 anos eu conheço o Zé Francisco e depois é que eu vim conhecer o Jorge Hilário. Conheci o pai dele. Essas amizades que você faz no Rio sem saber bem como é que você conhece. Amigos comuns, clube, essas coisas.

I.N. – Uma coisa me intrigou, uma questão que também nos tem acompanhado ao longo das entrevistas, das pesquisas que nós estamos desenvolvendo sobre a CVM é: por que um advogado, por que não um economista e essa dicotomia entre economistas e advogados na presidência da CVM.

L.V. – Olha, a CVM... É uma boa pergunta. A CVM, ela é um órgão regulador. Quer dizer, quem escreve lei tem que conhecer um pouco de lei. Quem escreve regulamento... Por outro lado, tudo tem um dado econômico, tem um aspecto econômico, tem um reflexo econômico. Tem razão, pode ser qualquer um. Pode ser um economista, pode ser um advogado. Se for economista tem que ter um bom suporte jurídico na hora de... Porque os regulamentos, eles têm que ter... Para serem aplicadas as normas, as instruções, elas têm que estar respeitando os princípios gerais de Direito. E se for advogado, tem que ter um bom economista para saber qual é o impacto econômico daquelas medidas, o que aquilo pode resultar. Pode ser um negócio cheio de boa intenção, mas cria um problema enorme na frente. Então você vai ter que pensar o que é um negócio que precisa ser feito e quais são as consequências que esse negócio vai trazer para o mercado de capital aberto. Pode ser qualquer um, só que um não pode prescindir do outro.

---

<sup>34</sup> Economista brasileiro que participou da formulação do Plano Real.

I.N. – E essa questão do momento que foi o Funaro que pediu um advogado. Por que um advogado ele pediu?

L.V. – O Victório era advogado. Então ele não queria arrumar confusão. O Dilson era uma figura muito engraçada. Eu convivi com ele. Ele é um príncipe. Mas ele resolvia os negócios de uma forma muito simples. Está dando problema aqui? Vamos resolver. Não cria mais problema. Quem era o Vitório? Vitório era um advogado carioca. “Eu quero um advogado carioca.” Porque se eu levar um paulista: “Está vendo?” Então ele optou pelo mais simples, pela solução mais simples.

I.N. – Ele era um pragmático.

L.V. – Ele era um pragmático. Totalmente. Totalmente.

I.N. – E de onde já o conhecia?

L.V. – Não, eu conhecia muito a irmã dele, que morreu agora. A Dalva Gasparian. Foi casada com o Fernando Gasparian<sup>35</sup>. Eu sou muito amigo das filhas dele e dos filhos dele. Frequentei muito a casa dele quando era garoto, ali no Jardim Pernambuco. O Dilson eu vi na casa do Fernando uma vez na minha vida, mas nunca tinha falado com ele. E fiz uma boa amizade com ele. Me chamava de Dom Luís. “Dom Luís, por favor, pode vir aqui?” Aí eu ia lá. Morreu muito cedo.

I.N. – Eu tenho uma pergunta sobre a relação com o ministério. Como era a relação com o ministro durante a gestão, durante a presidência?

L.V. – Muito boa. Vou te falar uma coisa. O problema é o seguinte: eu trabalhei já várias vezes em empresa privada. Trabalho muito para empresa privada. A coisa mais difícil de trabalhar é para governo. Porque é o seguinte: empresa privada, se você está na Shell e eu mando... Não tinha à época e-mail, mas se eu mando um memorando para ele, que é meu subordinado, meu superior, chega e você vai fazer, mas vai ter uma... Governo não é assim. Governo você pega o papel, pega o avião, vai a Brasília, senta com ele e fica. Está vendo? O esforço físico é muito

---

<sup>35</sup> Empresário, editor e político brasileiro. Foi perseguido político durante a ditadura, saindo do país em 1969 e retornando em 1972, para então fundar o semanário Opinião, que contou com colaboradores como Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso. Foi também deputado durante a Constituinte de 1988.

maior. O trabalho físico é muito maior. É impressionante isso. As coisas não saem. “Ah, vou fazer uma tributação em fundo não sei que. Tem um impacto aqui.” Aí você ligava para o Quintanilha, que era o secretário de receita na minha época. Ficava a tarde toda e tal mostrando. Não adianta. “Me manda um memorando.” Vai ficar lá, vai ser atendido quem estiver lá. Então o trabalho, tanto o Dilson quanto o Bresser<sup>36</sup>... Eu, na época do Dilson, eu aumentei o orçamento da CVM em, sei lá, 250%, com essa chateação toda sempre lá, com o secretário-geral. É um trabalho físico. É um trabalho que se você estiver trabalhando... Você está trabalhando aqui na fundação, você manda um e-mail para ele, ele recebe, te responde. No governo não é assim. Não tinha e-mail na época, mas não é assim. Você pega, bota [inaudível], vai, pega a porcaria do avião, vai para a porcaria de Brasília, que eu acho aquilo um inferno, e trata aquilo e volta de noite, se não você não consegue. Sempre foi assim. Dilson, Bresser, todo assunto que eu tive em governo eu tive que tratar lá, porque eles não resolvem por telefone ou por carta.

I.N. – E aí quais foram as suas principais atividades como presidente? Qual era a sua preocupação como presidente da CVM? O que te mobilizava?

L.V. – A minha preocupação era, primeiro, ter um papel institucional, que eu acho que tem que ter, que a CVM tem que ter. Ao contrário, na época, era muito pressionado para ser um defensor do mercado. Meu papel não era esse. Meu papel era fazer os julgamentos transparentes, estar atento à mudança de mercado, fazer as regulações que você tem que fazer. O mercado, na época, era muito pequeno. O mercado, na época, era um mercado que você tinha opção, mercado de opções, que movimentava dinheiro, mas os *players*<sup>37</sup> eram muito poucos. Ainda eram esses corretores que vinham com uma geração nova, mas todo formado lá no Marcelo Leite Barbosa<sup>38</sup>. Era uma turma que vinha dessa geração ainda. Era a turma mais moça, mas era ainda gente com aquela cabeça. Então donos das corretoras do Rio, de São Paulo. Tinha Bolsa no Rio, tinha Bolsa em São Paulo, uma disputa grande entre as duas. O Rio operava basicamente os *blue chips*, Vale, Banco do Brasil e Petrobras; e São Paulo as privadas maiores. Agora, no mercado com as fundações, a gente com um olho danado para as fundações não roubarem. Tinha muita, muita picaretagem em fundação. Muito boneco que eles faziam,

---

<sup>36</sup> Refere-se a Luiz Carlos Bresser Pereira.

<sup>37</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida nesse contexto como “investidores”.

<sup>38</sup> Empresário, pioneiro no mercado de capitais. A Leite Barbosa fundou o primeiro departamento de *open market*.

que eles chamavam de bonecos. Você compra barato, eu vendo para você, você começa a puxar o preço. Essas coisas. A gente tinha muito desse negócio. No mercado de opções a gente ficava muito aflito, porque eu ficava, pelo menos, que tinha informação às vezes, que tinha um sujeito muito comprado, estava chegando o vencimento das opções, ele não dava saída. Por isso um grupo de vendido podia comprar, podia quebrar. Então eu já tive que fazer umas intervenções. “Olha, você trata de vender, se não esse negócio vai quebrar.” Enfim, essas eram as preocupações. Era um mercado desse tamaninho. Tanto é um mercado diferente, que esses *players* do passado não existem mais. Depois você teve a Convenção de Basileia, esse negócio todo foi sendo diluído. Porque essa turma não tinha cacife. O cacife hoje é muito maior. Antigamente: “Ah, compra 10 ações, compra 50 ações, compra mil ações.” Hoje em dia o cara... É outra coisa. Outros valores, outros níveis, é outra coisa.

P.F. – E quer dizer, essa sua atuação talvez possa ter enfrentado alguns obstáculos. Lembrando até que a sua entrada na CVM foi um pouco ali na desconfiança, como um agente interventor do Banco Central...

L.V. – Foi.

P.F. – [continuando a pergunta] de repente aí alguém do direito, alguém prezando pela regulação, alguém com rigor. A sua gestão foi muito reconhecida pelo rigor, que te deu até uma expressão: xerife do mercado de ações.

I.N. – Como era isso, essa expressão?

L.V. – Não, é porque aí eu comecei a... Me senti uma pauta enorme. O Victório teve que brigar muito tempo lá. Então eu cheguei lá, tinha um estoque de processo para ser julgado muito grande. Processos com gente importante, empresas importantes e aí eu comecei a dar sequência. Nada que fosse fora do ordinário, entendeu? Eu não fiz nada de mais. Eu tinha que fazer o que tinha que fazer. Agora, é o que eu acho que tem. Aí você tem o presidente da Fiesp, que liga falando. Eu não me impressiono com isso. Pode ligar. Eu atendo, falo.

P.F. – O mercado que respondeu com certo estranhamento, então. Talvez por...

L.V. – Não, o mercado não. Acho que foi a imprensa mesmo. Porque o mercado... Por exemplo, o corretor do Rio me conhecia. Sabem que eu sou. Eu não sou uma pessoa... Mas se você olhar

quem eram os corretores do Rio, eu conhecia mais ou menos. Eu conhecia o irmão, conhecia o primo, sei quem é. O Rio, ele é pequeno também. Você conhecia mais ou menos muita gente. Mas não é todo mundo que você conhecia. Eu acho que foi... O Victório saiu, agora, o mercado ficou um pouco, estranhou um pouco, porque o mercado também acreditou que eu ia acabar com a CVM. Tanto não é verdade que a primeira pessoa que eu fui conversar foi o Roberto Teixeira da Costa. Eu pedi ao Eduardo Mariani, que é amicíssimo do Roberto Teixeira da Costa, para chamar o Roberto em casa. Aí eu fui na casa do Eduardo, fui na casa do Roberto, lá em São Conrado, para conversar com ele, para pegar umas ideias, para saber o que ele achava. Fechar coisa nenhuma. Mas essa foi a ideia. Eu tinha um estoque de inquéritos para serem tocados há muito tempo.

I.N. – Eu ia perguntar. Eram quantos?

L.V. – Ah, não sei. Era grande. Aí a gente saiu dando sequência. Toda semana, quinta-feira ou terça, tinha julgamento. A gente limpou a pauta. Você me perguntou uma coisa que eu achei que foi legal, que eu fiz. Eu fiz um primeiro movimento em relação à abertura de capital para fora do Brasil. Eu comecei a colocar em prática um negócio que era o Fundo Brasil. Fundo Brasil era uma empresa, que foi criada nos Estados Unidos, cuja única função era comprar ações de empresa brasileira. E isso eu negociei com três grandes instituições americanas: o YFC<sup>39</sup>, a *Marril Lynch* e o *First Boston Credit Suisse*, e nós montamos um fundo. Eu fui muitas vezes aos Estados Unidos negociar isso. O *local adviser*<sup>40</sup> era o Icatu<sup>41</sup> e a empresa lá, que era do... Tinha mais uma empresa. Planibanc, em São Paulo. E aí negociei tudo. Quando ia ser lançado, o Bresser saiu, aí eu pedi para sair. Mas eu negociei e foi um negócio muito interessante. A gente criou. Até hoje tem. Hoje tem coisas muito maiores. Eles regulamentaram na época do Fernando Henrique os fundos de ações e tal lá fora para comprar ação do Brasil; começaram a lançar ADR<sup>42</sup>, que são as ações lá fora. E aí isso não tinha tanta importância, mas na época a gente trabalhou, essa empresa seria capitalizada com investimento de investidor estrangeiro e essa empresa, que se chama Fundo Brasil Inc, compraria ações e, como de fato comprou, de ações brasileiras aqui. Foi uma discussão muito grande. O próprio Fernão não se

---

<sup>39</sup> Mais próximo que se pôde ouvir.

<sup>40</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida literalmente como “conselheiro local”.

<sup>41</sup> Empresa de previdência privada.

<sup>42</sup> “American Depository Receipt”, recibos depositários americanos em tradução livre.

opôs, mas tem uma porção de restrições. Eu tive que negociar muito isso interna e externamente com os agentes lá fora. O IFC deu uma força muito grande e nós colocamos. Quando colocou, eu não estava mais na CVM. Mas foi uma experiência muito interessante. Eu ainda presenciei, alguns *road shows* foram feitos com investidores estrangeiros. Era engraçado ver sujeito assim, administrador de fundo de milhões de dólares, bilhões, do Texas, vir aqui e não acreditar no que estava vendo. Achar que ia chegar aqui, ia ter uma floresta amazônica. Chegou em São Paulo, achou que o avião tinha errado de lugar, não era São Paulo. Foi um negócio interessante, mas eu não vi colocar, porque quando foi colocado, eu já não estava mais aí.

I.N. – Eu queria perguntar algumas questões da parte da regulação, da fiscalização. Primeiro o caso Cobrasma. O que tinha de especial?

L.V. – O caso Cobrasma foi uma cacetada, porque logo que eu entrei, a Cobrasma ia lançar ações. Você tem uma maneira na lei de definir preço de ação para o futuro. Quer dizer, eu tenho razões para achar que essa empresa, esse valor pode chegar a tanto. Eles têm de respeitar essas fórmulas que a lei dá, eles lançaram. “Olha, é 10.” Você pode lançar uma ação e você pode não fazer prognóstico nenhum. A fundação vai lançar ação. Eu sei que não lança, mas vai lançar ação. Quem quer comprar? Valor de lançamento 10 reais. Comprou. Se for 32 reais ou for para 3 reais, você não tem responsabilidade nenhuma. É assim. Agora, você pode fazer o seguinte: eu estou lançando a 10 reais, mas a fundação está fazendo, vai virar, está comprando a Fullbright, está comprando a Ford, vai ser um negócio incrível e eu acho que esse preço vai ser 32 reais por essas razões que eu estou dando. Comprei a 10 reais. Se você faz isso, alguma responsabilidade você tem. Se não acontecer isso, você tem que ter razão para não ter acontecido. Mas alguma responsabilidade... Pode não ir a 32 reais, mas pode ir a 29 reais. Bom, eles não fizeram nenhuma projeção em cima disso. Nenhuma projeção baseada na lei. E começaram a dizer que o preço ia ser tanto, porque iam fechar com a Boeing, iam fechar com não sei quem, os reatores que eles têm. Das turbinas, desculpe. E aí começaram, a ação começou, na hora do esforço da venda, antes da venda... “Não, vai ser lançado a 10 reais, mas tem oferta a 15 reais, 20 reais, 30 reais.” Dois dias antes de lançar... Aí quiseram cancelar. Disse: “Não, cancelar não vai. Não vai cancelar. Vai lançar a ação.” E aí quando eles foram lançar, a ação já estava abaixo do preço de lançamento. Por que eles estavam contando história que não era verdadeira. Aí a CVM abriu inquérito e aí fizemos, vimos que não tinha feito com base em nada, tinha sido feita uma coisa irresponsável de esforço de venda. A coisa só foi



rumorosa porque era presidente da Fiesp. Era um caso [como se] tem milhares aí. Foi uma confusão, fizeram uma pressão danada. Os jornais de São Paulo e tal. E aí o mercado ficou muito impressionado do julgamento, da Cobrasma, que era empresa do Bueno Vidigal, falavam “a Bueno Vidigal ser punida pela CVM” e tal. Foi um pouco da redenção da CVM depois do caso Vale, eu acho. Foi visto assim nos jornais do Rio.

I.N. – Foi muito falado pela imprensa.

L.V. – É. Eu acho que é um pouco isso.

P.F. – Por que foi uma redenção?

L.V. – Porque a CVM, no caso Vale, foi muito pressionada e ali a gente não sofreu pressão nenhuma. A gente deu uma cacetada no presidente da Fiesp. O ministro da Fazenda era paulista. Ninguém perguntou nada. A gente foi lá e deu. Então a CVM... “Esses caras estão aí para jogar de novo. É sério o jogo.” Aquele negócio de xerife e tal foi isso. Eu acho que foi voto unânime, o colegiado. Não tinha ninguém votando contra. E nós votamos, fizemos. Não teve... Então ficou com essa coisa de mercado. A gente fez muito julgamento, botou a pauta em dia.

I.N. – Eu queria perguntar disso, desse papel. Até porque isso é um objeto de estudo para nós. A questão do julgamento, dos inquéritos, dos [inaudível]. Como que isso era visto na sua gestão? E de repente pode fazer até um comparativo com o que o senhor percebe hoje, mas como que era visto isso na sua gestão? A questão do papel de punição, fiscalização, regulação, propriamente intervenção.

P.F. – Que é um debate sobre a natureza, inclusive, da instituição.

L.V. – Eu acho que é um papel fundamental da CVM, porque ela tem um papel de demonstração. Eu sempre tive cuidado, assim, por exemplo, qualquer caso que pudesse tangenciar ou ser visto como algum interesse meu no caso, eu sempre me julguei impedido. Eu não só me julgava impedido, como ia para São Paulo. Qualquer dúvida... Então eu acho que é uma coisa muito sensível, tem que ser muito, muito criterioso, muito sereno. Acho que tem que julgar de acordo com o que está nos autos, mas acho que é uma atividade que também você tem que ter um pouco de sensibilidade para ver o que a história que estão te contando pode acontecer, aconteceu, ou está sendo contada só para esconder alguma coisa. Porque o sujeito

enfiou a faca no outro, você vê que o cara enfiou. Agora, se eu te ligar dizendo: “Compre uma ação, porque vai subir, eu vou comprar...” Você tem que ter uma soma de circunstâncias e provas e isso tudo misturado, testemunha, que te dê... Eu fiz um artigo na época, já tem muitos anos, no *Jornal do Brasil*, sobre a figura da delação premiada. Só que eu não chamava delação premiada. Eu estudei um pouquinho. Na Inglaterra tem um negócio chamado *queen's witness*, a testemunha da rainha, que é o cara que faz a delação e tem benefício depois. Eu dizia, fiz um paralelo daquilo. Sabe aquele Ivan Boesky, que foi um cara que foi preso nos Estados Unidos pela SEC?

P.F. – SEC é...

L.V. – Securities and Exchange Commission. Ele fez delação e prendeu todo mundo, conseguiu desbaratar tudo. Eu dizia mais ou menos isso. Em casos de mercado de capitais, crime de colarinho branco, em geral, você ou tem alguém cantando, ou você não consegue, porque em bom português, eu sou diretor do Banco Central, sei que vai subir os juros, ligo para você: “Paulo, amanhã vai fazer sol.” Você já sabe que é para comprar. Fala sério. Então tem que haver algum instrumento para você ver. Você nunca comprou juros, de repente você está comprando juros aos borbotões. Você tem que criar um... Eu fiz esse artigo. Eu acho que a forma de julgar é uma forma muito complexa. É uma forma que você tem que juntar circunstância, testemunho, prova. Você vai dizer: “Mas todos são assim.” Não, mas aí o peso de cada um... Prova. Como é a prova em mercado de capitais? “Inês, compra tanto que vai...” Não vai ter isso escrito em lugar nenhum. Ninguém é maluco... Você tem que ver as circunstâncias, você vê os aspectos exteriores daquilo. É isso que você tem que levar em conta. É complexo, não é fácil você montar isso. Eu diria que é um crime sofisticado.

P.F. – Exato, fica muito no plano de indícios...

L.V. – De indícios, de circunstâncias, de coisas. Você às vezes tem prova. Às vezes você tem. Você, hoje em dia, você deve ter com apreensão de computador, deve ser mais fácil. Você deve sempre cometer uma bobagem. Você pega o servidor e examina. Tem maneiras de fazer isso. Mas você tem que estar convencido daquilo. Como o caso da Cobrasma. É o seguinte: teve gente que teve prejuízo. Teve prejuízo por quê? Porque alguém disse um negócio que não se confirmou. Alguém disse um negócio que foi dito, não foi baseado nas premissas que a lei

determina, nem outras. Então tem que pagar. É isso. Não tem. Esse caso, por exemplo, é um caso que está à luz do dia. Não tem muito o que...

I.N. – Eu queria perguntar, então, quais eram os limites na sua gestão que eram impostos a essa fiscalização. O que tinha como um limite? Como que vocês acordavam um pouco isso. Como que o grupo que estava ali julgando, tomando as decisões, o que tinha de parâmetros, digamos assim? Se havia algum consenso. “Até aqui a gente vai.” Ou era cada conselheiro...

L.V. – Lei. Lei. O que diz o regulamento, o que diz a lei, o convencimento de cada um.

I.N. – O convencimento de cada um. Mas havia discussão?

L.V. – Havia.

I.N. – Sei lá, chegou o processo da Cobrasma. “Vamos trocar uma ideia sobre?”

L.V. – Não, não tem. Não tem. Eu não conversava com ninguém. Cada um ia na hora e falava. O que pode ter é um debate. “Olha, o cara chega aqui, a Cobrasma fez isso.” Aí você fala para mim: “Eu não acho porque eu acho que houve aqui um negócio e tal...” “Mas não é verdade.” “Não, mas eu acho...” Você até podia mudar de voto. Eu ia mudar de voto. Mas é na hora, a gente faz. Eu não fazia reunião prévia. Nunca fiz.

I.N. – Não teve conversa prévia? Com seus colegas, eu digo, com seu colegiado.

L.V. – Nunca fiz com o colegiado. Nunca fiz. Eu acho que é errado fazer. Se pegar, por exemplo, a COB... COB é Commission des Opérations de Bourse. Era assim que se chamava. Não sei se é mais. A CVM francesa, o que ela faz? Ela, na verdade, eu acho muito mais próxima do que o Roberto Teixeira queria do que a CVM. Por quê? A COB, ela trabalha, ela tem um corpo de funcionários, mas o colegiado está cada um em um canto. Eu sou advogado, você socióloga, cada um está trabalhando no seu lugar. Na véspera de reuniões... Aí eu não sei qual é, mas três, quatro dias antes, eles distribuem as pautas, você tem os assessores que conversam com você e você vai, se encontra comigo, com ele, e fazemos o julgamento. O colegiado lá é muito mais colegiado e menos parte da casa. O colegiado é o juiz, o colegiado não é promotor. O promotor é o superintendente da CVM, que está acusando. Eu não posso ser juiz e promotor. Eu acho que é um pouco o que a CVM está agora. Eu tenho que ser juiz. Eu tenho que estar

fora. Então a COB eu acho boa por isso. Eu chego lá e eu vou ver o que você, que está devendo na empresa, está trazendo e você, que está acusando a empresa, está trazendo. A hora que eu fico lá, que eu dou expediente lá, que eu tenho carro dele, que eu tenho a secretária lá dentro, eu acho que perde um pouco a função, o desenho deixa de... Além do mais, pior ainda, a CVM hoje tem, – eu não sei nem se hoje tem –, mas já cansou de ter membro do colegiado ex-empregado, empregado aposentado da CVM, funcionário aposentado da CVM. Eu acho absolutamente errado isso. Absolutamente errado.

I.N. – Por quê?

L.V. – Porque eu acho que você não pode trazer de baixo a tua função de promotor de justiça. Você é juiz. Então larga, sai, pede demissão, vai lá no serviço público e vai ser... Mas não pode ter essa dualidade. Eu acho que não pode. É mais ou menos você pedir um promotor, o promotor que julgou o Lula aí, sentar e deliberar junto. Não pode. Ele está ali, o juiz fala, a defesa fala e eu vou divulgar. Acabou.

I.N. – Tem um elemento importante, que é isso, que até você trouxe a questão do que seria a CVM francesa e a inspiração da SEC. Como são esses dois modelos e como era pensar nesses dois modelos e na CVM brasileira? O que era o grande modelo para você?

L.V. – É a SEC. O grande modelo da CVM brasileira é a SEC. É você ter esses *commissioners*, que são os membros do colegiado e ter uma... É um órgão de fiscalização, regulação, desenhado mais ou menos como a CVM, com superintendências. Empresas, empresas de mercado, para você fazer um acompanhamento disso com órgão colegiado e com os *commissioners* que tem nos Estados Unidos, que são os membros do colegiado. Lá é que você tem uma coisa estadual, diferente, mas a federal, eu estive na SEC algumas vezes, fui na COB várias vezes também e mais, muito mais a SEC. A ideia é muito mais de SEC. Eu acho que tem que ser mais igual à SEC. Mas eu estou dizendo: esse formato de decisão, você me perguntou do julgamento. Como é que a gente formava o julgamento. Eu acho que o formato de decisão do julgamento, eu prefiro da COB, que eu acho que você é mais juiz e menos parte da acusação.

I.N. – Do que da SEC que é mais...

L.V. – Que é mais... O *commissioner*, ele é muito mais um cara que está indo pra *enforce*<sup>43</sup> o que a SEC quer. Ele é menos julgador.

P.F. – E caminhando um pouquinho já sua fase final, o momento em que o senhor deixa a CVM. Tem alguma questão, algum fato, alguma história que o senhor acha que foi relevante?

L.V. – Não, quando o Dilson saiu, eu apresentei minha carta de demissão ao Bresser, ele disse que não, que era para eu ficar. Eu também conhecia o Bresser lá de São Paulo. O Bresser é muito ligado ao Fernão. O Bresser falou: “De jeito nenhum. Quero que você fique.” Aí eu fiquei até o Bresser sair. Quando o Bresser saiu, fui falar com o Maílson<sup>44</sup>, que era o secretário geral do Bresser no ministério. E eu falei para ele: “Não quero mais, já estou há dois anos e pouco. Isso aqui dá muito desgaste.” É o que te falei: olha, canseira. É uma canseira. É um cansaço físico. Eu chegava fim de semana, dormia para burro. “Eu não quero mais. quero sair fora. Chega.” E aí ele aceitou e eu saí. Foi uma experiência muito boa. Eu gostei muito da experiência da Petrobras. Da Petrobras... A Petrobras achei uma porcaria. Foi uma porcaria.

P.F. – A Petrobras é que vem depois.

L.V. – É. A CVM foi muito agradável. Trabalhei com pessoas muito agradáveis. Eu tive a oportunidade de fazer um trabalho que eu gostava. Eu acho que eu fiz um trabalho bom, trabalho em outro mercado, de uma outra época, com um Brasil completamente diferente. Com um mercado, com uma dimensão completamente diferente, com *players* infinitamente menores em termos de cacife, de capacidade e de perfil completamente diferente. Quer dizer, qualquer *asset management*<sup>45</sup> aí mexe com 20 vezes o que 10 corretoras mexiam na época que eu era presidente. Mas é um ambiente que eu gostei. Foi um negócio que eu gostei de fazer. A CVM ainda estava com aquele frescor que o Roberto deixou lá. Ainda era um negócio que se pretendia um intercâmbio com o mercado. Quer dizer, você hoje está na CVM, amanhã você está no mercado e você volta. Hoje a CVM é uma autarquia como outra qualquer. Acho que perdeu um pouco essa característica. Avaliação minha. Posso estar sendo injusto, mas é o que eu sinto. Então eu gostei muito dessa época. Eu sou muito grato ao Dilson e ao Bresser de terem me dado a oportunidade de...

---

<sup>43</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “fazer cumprir”.

<sup>44</sup> Refere-se a Maílson da Nóbrega.

<sup>45</sup> Expressão da língua inglesa que pode ser traduzida como “gestão de ativos”.

P.F. – Dois níveis de legado. A instituição deixando um legado em sua trajetória e o senhor deixando um legado para a instituição.

L.V. – Eu espero que tenha deixado.

P.F. – Vamos tentar imaginar qual o legado que o senhor pensa que deixou para a CVM e qual o legado que a CVM deixou para sua trajetória?

L.V. – Olha, eu acho difícil falar legado, sabe por quê? Que eu tenha deixado. Eu vou te explicar por quê. Eu acho que o mercado mudou tanto, que tudo que eu tenha feito há tanto tempo, já não tem mais sentido. Eu acho que o legado que eu fiz, se eu posso falar que teve alguma coisa que eu fiz, eu acho que a deixei a CVM muito melhor do que quando eu entrei. Eu acho que a CVM está muito mais respeitada do que quando eu entrei. Quando eu entrei, e não foi o Vitória... A CVM veio com o Roberto, aí depois tem uma... Eu acho que esses julgamentos, essas coisas tiveram o condão de dar à CVM uma visibilidade que ela não tinha, que ela tinha perdido, que ela tinha perdido um pouco a importância. As pessoas não sabiam bem. Quando começou a ter o julgamento, quando começou a ter esse tipo de coisa, e muita pouca regulação eu fiz, porque não tinha muito o que regular. Não tinha muito o que... Como tem agora. Você tem hoje, sei lá, até isso que eles chamam, esses sintéticos. Você compra computador e vende algodão e casa. Não tinha nada disso. Tinha nada disso. Aí era uma coisa muito mais opção, ação. Você via às vezes um cara querendo embonecar uma ação. Era isso. Se você pegar a minha época, a regulação é muito pouca. Muito mesmo. Muito pouca. Aí você vê, toda hora, entrou agora o bitcoin. Não pode. A CVM fala. Na minha época não tinha nada disso. Nada disso. Nada, nada, nada. Então eu acho que mais o legado, se eu deixei, foi esse. Na época, tem 30 anos, 40 anos, à época, a CVM teve uma visibilidade e foi dada a ela uma importância maior do que tinha em função desse negócio e também dessa mudança que eu comecei a fazer, desse movimento que eu fiz em relação ao mercado internacional, que eu achava fundamental trazer mercado. Porque trazer mercado, trazer dinheiro de fora, além de tudo, ajuda a limpar o mercado. O investidor brasileiro, ele está acostumado a um certo grau de malandragem. O investidor estrangeiro não. Então você é obrigado a ter o mercado um pouco mais duro. Não é que não tenha malandragem lá, mas lá você é punido se você faz muita besteira. Então eu também achava que era um negócio de trazer um mercado mais respeitável nesse sentido. Então foi um negócio. Algum legado para a época foi esse. Acho que agora já tem muito tempo. Para

mim foi um prazer enorme ter trabalhado. Eu gostei muito. Quando o Dilson saiu, eu apresentei minha carta, que eu não ia fazer como se não fosse nada comigo. Eu fui, peguei o avião, fui a Brasília, entreguei a carta ao Bresser. O Bresser rasgou. “Fica aí. Que besteira.” Aí eu fiquei. E aí fiquei até ele sair. Quando ele saiu realmente eu acho que eu já tinha cumprido dois anos e pouquinho, dois anos lá. Lá eu acho que eu já tinha feito meu trabalho, aí eu resolvi sair.

I.N. – O que mudou nos dois ministérios? Algo afetou a CVM na mudança do Dilson para o Bresser?

L.V. – Não. Foi tudo... Me deixaram trabalhar, Bresser nunca falou, nunca me pediram para colocar ninguém lá. Nunca me pediram nada. Saiu a turma do Dilson, que eu me dava, Belluzzo<sup>46</sup>, o João Manuel<sup>47</sup>. Eu me dava muito bem com eles. Com aquele que foi depois secretário de Fazenda de Minas, que era o secretário geral do ministério. Quando saiu, veio o Bresser com o Mailson. Tive uma relação boa com eles. Teve casos. A gente vai falando, vai se lembrando. Não sei se vocês têm interesse. Na época que eu estava na CVM, teve aquele negócio, não sei se vocês se lembram, do Plano Cruzado. E quando teve o Plano Cruzado teve um negócio que acho que os donos de boi estavam segurando o boi para o preço subir. Eles ameaçaram prender boi no pasto. Eu cheguei no Ministério da Fazenda, na sala do Conselho Monetário Nacional, puseram uma verdade sala de operações para achar boi no pasto. Essas coisas que só no Brasil fazem. E pediram para mim também, mandar fiscalização. Isso eu até mandei. Para a bolsa de mercadorias e futuras para ver se estava tendo especulação em cima de carne de boi. Brasil é uma coisa. Eu cheguei lá, eu vi. A mesa do Conselho Monetário Nacional era uma mesa que vai daqui até final do corredor. Estava cheio de rádio, gente operando, a Polícia Federal, uma confusão danada para achar boi no pasto. Eu falei: “Dilson, o que é isso?” “Não, isso aí estão mandando. O presidente quer, o Sarney quer, não sei o que.” Tive vários episódios. Vários. Estive umas três ou quatro vezes com figura ímpolita de Saulo Ramos. Vocês já ouviram falar disso? É uma figura completa... Eu gostava muito dele. Me dava muito bem com ele, mas era completa... Ele às vezes me ligava, pedia para receber algum empresário de São Paulo, eu recebi. Sempre pedia.

P.F. – Ele estava em que posição?

---

<sup>46</sup> Refere-se a Luiz Gonzaga Belluzzo, economista e professor da UNICAMP.

<sup>47</sup> Refere-se ao economista João Manuel Cardoso de Mello.

L.V. – Ele era advogado geral da União. Fumava uns cigarros coloridos. “O que é isso?” Um cigarro vermelho com dourado... Dizia “o que é isso? O Brasil é um país tropicalista por natureza”. [risos]

I.N. – Eu queria perguntar também que você falou que aumentou os recursos da CVM em 200%. De onde vinham os recursos?

L.V. – Eu tinha uma defasagem grande, um descontentamento muito grande lá. Na época do Sarney, você se lembra, todo dia tinha passeata. Tinha um descontentamento muito grande com esse negócio do cruzado. Com a inflação grande e com o cruzado criou um certo desbalanceamento de salários. E o meu salário na CVM, salário pessoal, estava muito defasado, principalmente com relação ao Banco Central, que é o *benchmark*<sup>48</sup> maior deles. E aí eu me dei o trabalho de pedir ao pessoal que fizesse um levantamento de comparação e tal. Fui lá nesse... Eu não me lembro o nome. É um nome... João. Ele foi depois ser secretário de Fazenda em Minas. Foi o chefe de gabinete do Dilson Funaro. E eu mostrei para ele e no orçamento do ministério ele contemplou isso. E o pessoal da CVM me adorava na época por causa disso, porque eu consegui um aumento brutal. Porque não foi bem um aumento. Foi uma recomposição salarial, mas acharam que era aumento. Não acharam, mas estava como aumento.

I.N. – Na prática era um aumento.

L.V. – Na prática era um aumento, mas era uma reposição e aí ficou... Eu negocieei isso, mostrei e eu consegui tudo que eu queria. Tudo. Eu não sei quanto é que era, mas era, digamos, total 100 que eles pagavam, dizia: “Olha, tem que ser 250.” Ganhamos 250. João... Não estou me lembrando. Secretário de Fazenda. Chefe de gabinete do Dilson, que é quem tocava. Nem falei com o Dilson. Falei direto com ele. Aliás, falei com o Dilson, o Dilson: “Trata disso com ele.” João<sup>49</sup> alguma coisa.

I.N. – E a relação com a Abrasca e com o CODIMEC? Como era isso?

L.V. – CODIMEC eu era membro do CODIMEC. Tinha umas reuniões. A reunião do CODIMEC era uma reunião muito... Não era frequente, nem regular. Era uma vez ou outra. O

---

<sup>48</sup> Expressão da língua inglesa que se refere ao processo de busca pela melhores práticas do Mercado.

<sup>49</sup> O chefe de gabinete de Dilson Funaro à época era Roberto Müller.



Mário que era presidente no começo. Eu acho que essas discussões de desenvolvimento do mercado, eu acho absolutamente sem sentido. Eu acho o seguinte: nós passamos agora um período que não se abriu um capital no Brasil. Ou abriu um, ou dois. Por quê? Porque não tem ninguém comprando ação. Não tem que se falar em desenvolvimento de mercado. “Ah, mas a gente pode pleitear baixar a cota, a ação.” Tá, isso não precisa. A taxa de empuxo. Aí você vai lá, mas não é... Isso não é forma de desenvolver. Isso é programa de governo. Eu ia às reuniões. Eu cheguei a falar isso lá. O Mário Henrique e o próprio Zé Luiz, eles concordavam com isso. Essas coisas são colocadas e não saem do espectro. Ficam lá. A Abrasca eu também me dava muito bem. Era o Faldini que era o presidente da Abrasca na época. De vez em quando tinha reuniões com ele, chamava para ir a São Paulo fazer palestra. Tinha muito contato com as bolsas do Rio e São Paulo. O presidente da Bolsa aqui era o Enio Rodrigues, depois o Sérgio Barcelos e lá em São Paulo era o Eduardo Levy e depois aquele outro, coxa. Como é o nome dele? Eduardo. Meu Deus, Eduardo... É um figuraça também. Eram os quatro presidentes que eu peguei. Eduardo Rocha Azevedo. Esse que eu tinha uma interlocução maior e tinha que falar. Uma coisa que é engraçado é essa. Hoje não é mais assim, mas na minha época eu era visto assim meio que... Eu, eu presidente. Não sou eu Luís Octavio. O presidente é visto meio como um... Por exemplo, a Bolsa cansava de falar em autorregulação. Aí uma pessoa coloca o nome para entrar, para ser membro. A maioria não quer, em vez de votar contra o cara, joga o problema para mim. “Seu Octavio, o fulano não pode entrar, afinal de contas.” Eu falei: “Decidam vocês.” Mas é sempre isso, entendeu? Ninguém é mais anti-governo, anti-instituição, do que o corretor de Bolsa. Porque ele vai lá, vende, cobra, ele não quer chateação. Mas quando tem problema, eles jogam na mão da instituição. Jogavam. Agora mudou, mudou. “Ah, não, dá a bola preta para esse cara? Eu não vou dar a bola. Oh, Luís Octavio.” “Resolvam isso. Isso é autorregulação. Não quero saber.” Então tinha muito nesse negócio, esse amamento. Agora não tem corretor mais.

I.N. – Coisas diferentes do tempo.

L.V. – Está muito diferente.

P.F. – Será que a gente já começa a explorar um pouco o seu retorno ao mercado?

I.N. – Como que foi a decisão de sair? Como que foi? Foi simplesmente por que mudou?

L.V. – Mudou, eu já vinha tratando isso há algum tempo. Já estava lá há dois anos. Quando o Bresser saiu, eu falei. Antes dele sair, eu falei: “Vou sair e tal.” “Também vou sair.” Saiu o Fernão, não era mais presidente do Banco Central. O presidente do Banco Central era o

Fernando Milliet. Aí o Bresser falou, o chefe de área internacional, que negociava tudo, era o Fernão. Aí eu achei que não tinha. Mailson veio com um time novo. E eu achei que estava bom. Todos os dois, apesar de eu não conhecer o Dilson, conhecia muita gente em torno. O Bresser eu conheci. O Mailson eu não conhecia. Eu achei um estranho no ninho ali. A vantagem que eu tinha de lidar com essas pessoas, tanto o Dilson, quanto o Bresser, de forma muito direta, muito pessoal, eu não teria com o Mailson. E eu acho que...

P.F. – Mailson Ferreira da Nóbrega, é isso?

L.V. – É, que foi o ministro. Eu não tenho nada contra o Mailson. Depois me tornei até amigo dele, conhecido. Mas eu não tinha essa intimidade, nem essa liberdade para ter acesso a ele como eu tinha com os dois outros. Eu não acredito em institucionalidade no Brasil. Eu só acredito é nisso. Poder entrar na sala do Dilson e poder conversar com ele. Então achei melhor não ficar.

I.N. – Decidiu sair e voltou para o mercado.

L.V. – Aí voltei. Voltei para o mercado.

P.F. – Voltou para o Banco da Bahia?

L.V. – É. Voltei para o Banco da Bahia.

I.N. – Como foi voltar?

L.V. – Foi tranquilo. Foi tranquilo. Foi bem... Eu falei que não eu queria trabalhar em mercado de capitais ainda. Fiquei lá, voltei a ser vice-presidente jurídico, retomei minhas coisas lá. Fiquei responsável por toda a parte de operação ativa do banco e tal. Cuidando das coisas, tinha a parte jurídica toda, companhia de seguros. E aí voltei. Não tenho muito... Sabia que aquilo era provisório, era um tempo. Você fica um tempo, vai sair e volta.

P.F. – Em 1990 aí sim chegar...

L.V. – Eu saí do Banco da Bahia e voltei para a Anglo América. Aí o Collor fez a maluquice de me convidar para ir para a Petrobras.

I.N. – E como foi isso?

L.V. – Como foi isso? Aí foi muito chato trabalhar lá.

I.N. – Foi completamente diferente da CVM.

L.V. – Foi. Foi porque foi uma época difícil. Eu peguei a Petrobras praticamente quebrada, com caixa, problema de caixa sério. E aí mal começou, começou a bater na minha porta pedindo favor. Aí não dá, não é? Então não tive chance de fazer um trabalho legal, de colocar nada em prática. Coisa muito frustrante.

P.F. – Quer dizer, você tinha esse objetivo de recolocar a Petrobras nos trilhos.

L.V. – Eu tinha vontade de ver as perspectivas, acabar com a coisa ufanista, “vamos fazer isso.” O que dá para fazer? Se é uma empresa de energia, o que dá para fazer? A Bacia de Campos é uma realidade. Para crescer ali não tinha muito... Tem muito em volume de óleo, mas não tem muito em volume. Não tinha muito em volume de investimento. Investimento ali era relativamente pequeno, além dos que estavam contratados. E ver outras coisas. Aí começa. Começou essa maluquice que se vê aí que está.

P.F. – Quer dizer, isso que o senhor estava falando. Alguma coisa relacionada a um empreguismo.

L.V. – Não, empreguismo não. Roubalheira mesmo. É uma coisa de doido. E favorecimento, ela não ganha, ganha você que está dando para ele. É muito chato, muito chato, muito chato.

I.N. – Foi um período de dois anos na Petrobras.

L.V. – Não. Onze meses.

I.N. – De tão cansativo.

L.V. – Não, eu briguei, não é? Eles quiseram que eu desse um empréstimo para a Vasp. Eu não ia dar, que a Vasp devia à Petrobras Distribuidora 8 milhões de dólares. Eles queriam que desse um empréstimo para a Vasp de 30 milhões de dólares, sem juros, nem correção monetária. “Eu não vou dar.” Aí começaram a me perseguir, eu saí fora.

P.F. – E ali que o senhor atuou como testemunha.

L.V. – Não, aí não. Começaram a me ameaçar aqui. Aí ameaçaram, ameaçaram minha família. Aí eu tinha um amigo meu português, muito rico, tem uma empresa de café em Londres. Disse: “Vem para cá.” Eu fui trabalhar com ele. Fiquei morando dois anos e pouco lá.

P.F. – A Rainier Coffee.

L.V. – Rainier Coffee.

P.F. – Rainier Coffee International.

I.N. – E que foi vice-presidente da Rainier.

P.F. – Você retomou um pouco lá atrás os seus tios do Sul de Minas.

L.V. – Isso mesmo. E aí eu comecei a trabalhar lá. Fiquei lá dois anos e pouquinho e voltei.

I.N. – E esse amigo, essa relação, é de onde?

L.V. – Mora em Portugal, a gente se fala sempre. Antônio Garcez.

I.N. – É um amigo português.

L.V. – Português. Na verdade, ele nasceu em Angola. Ele era fazendeiro em Angola.

I.N. – E vocês se conheceram como?

L.V. – Ele veio para o Brasil. Quando Angola teve independência, ele é angolano, mas ele é branco, então ficou ruim o negócio para ele lá em uma certa época de revolução. As fazendas dele foram tomadas, ele conseguiu vender alguma coisa e ele veio para o Brasil e começou a fazer trading de café aqui. E aí lá pelas tantas ele viu que aqui não dava mais para operar como ele queria, e então, surgiu essa oportunidade de comprar uma participação na Rainier e depois ele comprou a Rainier com um grupo mexicano. Aí quando ele me viu nessa confusão aqui, ele falou: “Vem para cá que você vai trabalhar comigo aqui.” Aí eu fiquei lá cuidando da parte de seguro de carga, negociando seguro de carga, toda a parte de financiamento de banco. Porque toda partida de café que sai, ela é financiada com uma linha de crédito, *revolving credit line*, que é uma linha que fica mexendo e fiquei operando isso lá dois anos e pouco. Mas A Petrobrás foi muito chato. Porque foi um negócio, pressão o tempo todo, pressão ilegítima e muito desagradável. Não deu nem para trabalhar direito. Não deu nem para gente fazer nada que a gente gostasse.

I.N. – Mas qual era a relação com o Collor? Por que ele lhe convidou?

L.V. – Nenhuma. Nenhuma.

I.N. – De onde é que surgiu o seu nome?

L.V. – Bom, essa é uma história boa para contar. Na verdade, é o seguinte, eu fui... um dia a Zélia resolveu dar...

P.F. – A Zélia Cardoso de Mello.

L.V. – É. A Zélia Cardoso de Mello resolveu dar...

P.F. – Ministra da economia.

L.V. – Ministra da economia do Collor, ela resolveu fazer uma espécie de palestra no Maksoud de São Paulo e chamou só empresários cariocas. Muita gente. João Roberto Marinho, uma porção de gente. E eu não sei se foi o Guilherme Frering, eu não sei quem me convidou para ir e eu fui em um aviãozinho. Cheguei lá, chovia para burro. A gente acabou chegando no [inaudível]. Ela demorou para burro, chegou e fez uma palestra. Fez uma palestra, falou sobre dívida externa. Quando acabou, ela veio falar comigo. E ela falou: “Luís Octavio, a gente acompanhou o que você fez na CVM e a gente queria que você fizesse parte da nossa equipe.” “Está bom. Que bom. Vamos ver e tal.” “Mas eu votar no Mario Covas.” “Não, não tem importância, quero que você ajude e tal.” Ela aí marcou. “Posso te visitar no Rio?” “Pode.” Nessa época eu era presidente da Anglo American Corporation no Rio. Uma sala grande assim,

enorme, com uma mesa de reunião e tinha minha mesa aqui do lado. Ela veio me visitar no Rio. Por que eu estou falando isso? Porque ela veio me visitar no Rio e ela me disse: “A gente queria encontrar umas pessoas aqui na sua sala, aqui no Rio de Janeiro. Eu posso usar esse escritório?” “Claro que pode.” Aí ela marcou com o Eduardo Modiano, com o Rogério Werneck, com esses caras todos. Wilson Fritsche... Foram todos lá no escritório, ficaram lá conversando com ela na mesa e eu aqui. Quando o Collor foi eleito, ele me chamou lá... Aí quando o Collor foi eleito, eu fui para a Europa passear e tal. Aí ele veio e me chamou, quando eu voltei, para ser secretário, ministro de transportes. “Não, quero de jeito nenhum. Não quero. Não quero.” Aí me chamou para ser... Porque a Zélia tinha falado com ele de mim, começou a me elogiar. Ele me chamou para ser secretário do Tesouro Nacional, que é o Tesouro, o SPU, Serviço de Patrimônio da União e mais alguma coisa. Receita Federal. Eu falei: “Não, não quero.” Não sei se é isso. Receita Federal. Falei: “Não quero.” Eu tinha me separado dois anos, três anos depois. “Não vou morar em Brasília, sozinho não vou de jeito nenhum.” Aí ele falou: “Bom, você não quer colaborar com meu governo?” “Não é questão disso, presidente. Eu não quero.” Eu estava achando que aquele negócio ia ser complicado, não tinha votado nele. Porque no segundo turno eu não estava aqui. Quando foi ele e Lula eu não estava. Espera aí. Aí eu voltei, eu estava trabalhando. Fui fazer um trabalho em Chicago. Aí ele me ligou e disse: “Eu preciso que você esteja aqui.” “Senhor presidente, eu não posso estar aqui. Eu estou com um cliente aqui.” “Então você vem aqui.” Eu fui para lá e ele falou assim: “Você aceitaria m cargo no Rio?” Quando ele me falou isso, com aquele olhar de louco dele, eu falei: “Esse maluco vai me oferecer a CVM de novo ou é piada.” Aí eu falei: “Presidente, no Rio fica mais fácil para mim.” “Você aceitaria a presidência da Petrobras?” Aí eu respondi. “Presidente, se eu puder nomear minha diretoria, aceito.” Eu fiz ainda uma exigência. Porque eu sei que você... Você viu o que é agora. Cada um nomeia um, você fica lá feito... Ou você é vagabundo feito eles, ou você dança. Ele falou: “Pode. Eu só queria que você mantivesse um.” Eu falei: “Quem é?” “O Almirante Maximiano da Fonseca, que é o diretor de transportes.” Eu falei: “Meu pai é Almirante, eu conheço o Maximiano. O Maximiano me conhece desde que eu tenho cinco anos de idade.” “Tem problema?” “É um prazer.” “Então está feito. Monta a tua diretoria.” Tanto que eu montei minha diretoria, todo mundo é empregado da Petrobras. Não chamei ninguém, não conhecia ninguém. Fui falando com um, com outro, com outro, com outro, fui montando a diretoria. Só que quando começou, quando eu assumi, é um tal de gente pedindo, e pedindo

coisa que não pode, querendo e pressionando. Aí tive que sair. Aí culminou com esse negócio da VASP e aí eu saí. Fui morar em Londres, graças a Deus. [riso] Não posso reclamar, não.

I.N. – E hoje em dia? Está advogando de novo?

L.V. – Eu estou advogando já desde que eu voltei de Londres. Bom, eu voltei de Londres, eu fui trabalhar no Pactual. Fui ser sócio do [BTG} Pactual. Achei também muito chato. Quando eu já acho chato, eu saio. Eu não tenho paciência, não. E aí eu saí. O JP Morgan me chamou para tentar resolver um problema no *Jornal do Brasil*. Aí me pagou muito bem, eu fui para lá. Eu logo vi que não tinha jeito, acabou meu contrato, eu saí. Aí eu resolvi abrir o escritório de advocacia. Fui trabalhar com o Nelson, que é daqui da FGV. O Nelson e o Ernesto Carvalhosa. E fiquei lá uns 10 anos. O Nelson e o Carvalhosa hoje, eles fazem muito parecer. Parecer para mim é ruim. Por quê? Porque o que eu faço hoje é muita negociação para cliente e quando você está negociando, quando você está discutindo uma coisa, o que acontece é que seu colega fez parecer, você vai ouvir: “Você acha isso, mas seu colega de escritório falou outra coisa.” Então para mim não serve. Eu saí, estou com o escritório já há 10 anos. Não, 10 não. É, uns 10 anos. Não, uns oito anos no escritório de colegas que fazem mais contencioso, então não tem conflito nenhum. Estou fazendo muita arbitragem aqui na Fundação. Eu tenho três arbitragens. Quatro arbitragens da Câmara da Fundação. Eu estou fazendo arbitragem na Câmara do Mercado, lá em São Paulo, da Bolsa. Essa com o Joaquim é na Câmara de Londres. Eu tenho duas na Câmara no ICC em Paris, na International Chamber of Commerce em Paris. Estou fazendo muita arbitragem, que é um negócio que eu gosto. Não preciso ir ao escritório, às vezes eu faço em casa boa parte do trabalho. Às vezes eu vou ao escritório. Estou fazendo basicamente isso. Tem ainda uns clientes que eu advogo, que eu faço mais essa parte societária. Quando tem alguma coisa contenciosa, eu mando para o escritório, pessoas que fazem. Eu não faço.

P.F. – Antes do escritório com o Carvalhosa, com o Nelson Eizirik...

L.V. – *Jornal do Brasil*. eu fiquei um ano no Pactual e um ano no *Jornal do Brasil*.

P.F. – E foi um período, salvo engano, de uma possível reestruturação do *Jornal do Brasil*?

L.V. – O JP Morgan queria fazer a reestruturação. O problema do JP Morgan, ele fez uma conta que é o seguinte: o *Jornal do Brasil* sobreviveria se não pagasse imposto nenhum. Só que se não pagar imposto nenhum, quem vai em cana sou eu... Aí eu vi aquele negócio. Foi uma coisa maluca. Quando eu vi, eu precisava de 1 milhão de dólares por mês para fechar a conta e pagar imposto. Peguei o avião, fui falar com o Itamar [Franco]. Aliás, quando eu voltei da Inglaterra, o Itamar quis me convidar para ser presidente do Banco Central. E aí eu fui lá conversar com

o Itamar. “Presidente, eu vou fechar o *Jornal do Brasil*.” Ele tinha horror que só ficasse *O Globo* no Rio. Aí ele fez um contrato. Me deu três contratos com empresas estatais em troca de publicidade e eu consegui fazer esse ano e sair no final do ano sem dever imposto.

I.N. – De onde era a relação do Itamar?

L.V. – Ele gostava de mim, tinha pessoas em torno dele que falavam de mim, ainda me apresentaram, eu fui lá e falei.

I.N. – Mas para ele lhe cogitar para ser do Banco Central?

L.V. – Teve gente que indicou. Acho que foi até esse camarada que foi vice-presidente do Lula. Como é o nome dele?

I.N. – Alencar?

L.V. – Alencar. É.

P.F. – *Jornal do Brasil*, não é?

L.V. – *Jornal do Brasil*, eu fui lá, vi uma proximidade para a reestruturação. O Jorge Hilário até era conselheiro do jornal junto com o [Francisco] Gros, que é da família. José Antônio Nascimento Brito. E a gente fez, conseguiu botar o jornal em pé. A gente conseguiu fazer. O jornal estava em uma situação muito difícil, a gente fez as coberturas da Copa do Mundo de Los Angeles muito bem feita, da eleição do Lula, a primeira. Não, da eleição do Fernando Henrique. Da reeleição do Fernando Henrique. [Corrige-se] não, da eleição do Fernando Henrique. Não foi eleição. Mas era isso. Quer dizer, a forma, havia uma limitação de recursos muito grande e a visão que o JP Morgan tinha era uma visão muito audaz. Quer dizer, você pega todo o dinheiro que o jornal produz e bota o jornal para produzir no dia seguinte. Só que a produção de... Eu tenho que pagar imposto. Como é que eu faço para pagar imposto? Se não você corre o risco grande até penal. Então eu saí fora.

I.N. – E em empresas nunca mais voltou a atuar?

L.V. – Não, nunca mais trabalhei em empresa.

I.N. – Como presidente, diretor jurídico.

L.V. – Não. Eu fui do conselho da Vale depois disso, fui do conselho da Brasil Telecom, fui do conselho de uma empresa chamada WLM. Aliás, eu sou ainda, que é a empresa daquela família Lemos de Moraes. Fui de alguns conselhos, mas hoje em dia, não. Estou em um conselho só e empresa não. Eu não quero mais trabalhar em empresa, não. Não tenho mais vocação, nem saúde, nem...

P.F. – Durante esses conselhos, alguma experiência que foi marcante, foi importante?

L.V. – Não. Nenhuma, nenhuma. São conselhos às vezes mais executivos e menos executivos. O que eu quero dizer com isso? Tem conselhos que se metem mais no dia a dia da empresa e conselhos que são nitidamente estratégicos assim, que não se metem, metem menos e traçam mais estratégia. Mas não, nada assim... Da Vale era um conselho interessante, porque a Vale, nessa época, teve uma mudança grande de perfil. A Vale, ela continuava uma empresa de mineração, mas com uma ênfase muito grande em logística. Então ela passou a ter uma transformação muito grande, que era uma empresa de mineradores e hoje a empresa de mineração... O importante dela não é tirar minério, é o transportar o minério. Então virou uma empresa de logística importante hoje. Já há algum tempo. Hoje não.

I.N. – E a sua avaliação da atuação da CVM hoje?

L.V. – Eu acho que a CVM hoje... Eu via como uma autarquia. Eu acho que a CVM perdeu aquela ideia inicial do Roberto, de ser uma instituição mais leve, mas hoje você faz um curso, vai para a CVM, é o funcionário público, é um ser que está lá para o resto da vida e tal. Acho que perde um pouco a ideia que se tinha no início de ter um órgão mais...

P.F. – Aquele vigor de pessoas interessadas no mercado aberto, de capitais.

L.V. – Não tem. E de você sair, você ser roubado por uma instituição para ir trabalhar, entra outro. Perdeu. Hoje é um negócio mais estático, mais um órgão estatal. O que é, mas enfim, mais burocratizado. Eu acho que virou uma coisa mais dentro do que é o funcionalismo público brasileiro. Acho que esse negócio do colegiado estar tão próximo da casa, eu não acho bom. Eu acho bom que o mercado saiba que você tem uma instância, que a instância julgadora, ela é uma instância julgadora. Eu acho fundamental. Se não você vira uma delegacia de polícia.

I.N. – E hoje se parece mais com uma delegacia de polícia?

L.V. – Eu acho.

I.N. – Sua avaliação.

L.V. – É minha avaliação. Porque eu acho que ela foi apreendida... Eu acho que o colegiado hoje, ele foi apreendido pelo grupo da casa, pela casa. Quando eu acho que o colegiado tem que ser independente. O colegiado não tem que ter medo de dizer: “Não, o que vocês estão falando está errado, o que o superintendente está falando.” Não concordo e eu acho que hoje está muito... A casa hoje... Tanto que você tem funcionários da CVM no colegiado. Eu não acho bom isso.

P.F. – E como o senhor vê no tempo presente, hoje, como aquela tensão em torno da expressão desenvolvimento do mercado de capitais?



L.V. – Eu acho que isso acabou. Isso acabou. A CVM ainda é vista como um órgão, mas não acho, por exemplo, se amanhã houver um aumento da carga tributária no mercado de ações, você, o presidente da CVM, tem que ir lá proibir. Eu acho que as pessoas já viram que não é isso. Eu acho que isso é prevalecer o bom senso. Quer dizer, o mercado é o mercado. O mercado é soberano nisso. E política de governo é política de governo. Eu quero tributar, eu vou tributar. E a CVM vai trabalhar dentro do mercado tributário. “Mas aí vai diminuir o mercado.” Vai diminuir o mercado. O que você vai fazer? A CVM não está para defender tamanho de mercado nem aumentar o mercado. A CVM pode fazer assim: “Vou facilitar normas para se ir ao mercado.” Perfeito. É um desenvolvimento de mercado. “Vou criar uma empresa pequena.” Quer ir a mercado? Em vez de fazer esse monte de burocracia que tem, você vai ter um simples. Não tem o simples para o imposto? Tem o simples para a CVM. Você faz só um formulário, em vez de encher formulário. Isso você pode fazer. Agora, desenvolver, criar, isso não. Eu não acho que seja função. Está longe de ser.

I.N. – Eu estou super satisfeita. Acho que foi um depoimento muito rico. Surpreendeu bastante coisa sobre esses dois anos de CVM e sobre o resultado de uma trajetória que começa.

L.V. – Vocês têm alguma coisa que eu não respondi, que vocês queiram...

P.F. – Nesse momento não.

L.V. – Se tiver alguma coisa, vocês desculpem o negócio de data. Às vezes eu não tenho...

I.N. – Não, imagina. Isso aí não tem...

L.V. – Eu tenho isso em casa, mas não tenho...

I.N. – A gente pergunta, mas se não lembrar, não tem problema.

L.V. – Não, mas se perguntar e se vocês quiserem alguma coisa, vocês entrem em contato. Eu devo ter tudo isso em casa e mando para vocês.

I.N. – Muito obrigada. A gente agradece imensamente pela entrevista, pelo seu tempo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]